

Relatório de Estágio

**Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões &
Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de
Contas, S.A.**

Na área de Auditoria Financeira

janeiro a junho de 2016

**Sílvia Cristina Pereira Dinis
14706**

Mestrado de Auditoria Empresarial e Pública

Coimbra, 2016



Estagiária: Sílvia Cristina Pereira Dinis

Supervisor: José Joaquim Marques de Almeida

Orientadora: Maria Georgina da Costa Tamborino Moraes

Entidade: Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC S.A.

Data de início: 04 de janeiro de 2016

Data de fim: 27 de junho de 2016

Nº total de horas: 960 horas

Índice

Agradecimentos	vi
Termo de Responsabilidade	vii
Resumo	ix
Abstract	x
Lista de Siglas	xi
Lista de Figuras	xii
Lista de Tabelas	xii
Lista de Fórmulas.....	xii
Lista de Gráficos	xii
Introdução	1
1. Enquadramento teórico da Auditoria	3
1.1 Evolução histórica da Auditoria	3
1.2 Auditoria Financeira.....	4
1.3 Auditoria Interna versus Auditoria Externa	9
1.4 Planeamento de Auditoria	10
1.5 A materialidade	13
1.6 Risco de Auditoria	16
1.7 Papéis de Trabalho	20
1.8 Revisão Legal das contas	22
1.9 Certificação Legal das Contas	25
1.10 Relatórios de Auditoria	28
2 Entidade acolhedora	29
3 Arquivo e Software	31
3.1 Dossier Corrente	31
3.2 Dossier Permanente	32
3.3 Dossier de Circularizações (confirmação externa).....	32
3.4 Software	33
4 Tarefas desenvolvidas durante o estágio.....	35
4.1 Ativos Fixos Tangíveis, Amortizações e Perdas por Imparidades	36
4.2 Clientes, Vendas e Prestação de serviços	38
4.3 Caixa, Depósitos bancários e Outros Instrumentos Financeiros	42
4.4 Acréscimos e diferimentos	44

4.5	Fornecedores, Compras e Fornecimentos.....	46
4.6	Gastos com o Pessoal	49
4.7	Financiamento Obtidos.....	53
4.8	Estado e Outros Entes Públicos	55
	Conclusão.....	57
	Bibliografia.....	59
	Anexos	i
	Anexo 1 – Planeamento de Auditoria.....	i
	Anexo 2 – Declaração de aceitação	xix
	Anexo 3 – Dossier Corrente.....	xx
	Anexo 4 – Dossier Permanente	xxi
	Anexo 5 – DRAI3-2010.....	xxi
	Anexo 6 – Programa de circularizações.....	xxii
	Anexo 7 – Inserção de balancetes no DRAI3-2010	xxii
	Anexo 8 – Evolução do AFT	xxiii
	Anexo 9 – Mapas Fiscais vs Contabilidade	xxiv
	Anexo 10 – Carta Circularizações Clientes.....	xxv
	Anexo 11 – Carta de Confirmação de Saldos Clientes	xxvi
	Anexo 12 – Seleção da conta 71.....	xxvii
	Anexo 13 – Ouput da seleção (MUS).....	xxvii
	Anexo 14 – Substanciação das contas 31, 62 e 71	xxviii
	Anexo 15 – Carta de Circularização de Bancos.....	xxix
	Anexo 16 – Especialização de juros, seguros.....	xxxi
	Anexo 17 – Carta de Circularização de Fornecedores	xxxii
	Anexo 18 – Carta de confirmação de saldo de Fornecedores	xxxiii
	Anexo 19 – Reconciliação Fornecedor no processo de circularização	xxxiv
	Anexo 20 - seleção de faturas, neste caso em específico da conta 62.....	xxxv
	Anexo 21 – Teste aos salários.....	xxxvi
	Anexo 22 – teste global aos encargos sobre remunerações	xxxvii
	Anexo 23 – Mapa de financiamentos obtidos	xxxviii
	Anexo 24 – PC e PEC.....	xxxix
	Anexo 25 – Teste ao Estado	xl

Agradecimentos

A uma pessoa com um saber enorme, por me ter concedido a oportunidade de realizar o estágio de conclusão de mestrado no seu escritório, Professor Marques de Almeida.

Ao Professor Bruno Almeida por todos os ensinamentos transmitidos no decorrer do mestrado, tanto na parte letiva como durante a realização do estágio.

À minha orientadora, Professora Georgina Morais, pela dedicação, acompanhamento e ajuda imprescindíveis prestados durante a preparação do relatório de estágio.

Às colaboradoras da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – SROC, S.A., Filipa e Rosa, por todos os conhecimentos partilhados, por toda a paciência e pela boa disposição durante estes meses.

Ao Rui, pela enorme ajuda, companheirismo e compreensão incansáveis ao longo desta etapa.

E por fim, e não menos importantes, um enorme obrigado às pessoas que são os meus alicerces - os meus pais e avós – por todos os valores transmitidos e por sempre terem permitido a concretização de novos desafios. Este trabalho é dedicado a eles.

Termo de Responsabilidade

Declaro ser o autor deste Relatório de Estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação.

Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio, a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor, constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação deste Relatório.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

Resumo

Este relatório tem como objetivo descrever as tarefas desempenhadas durante o estágio na delegação de Coimbra da empresa Marques de Almeida, J.Nunes, V.Simões & Associados - SROC, S.A., que decorreu de 04 de janeiro até 30 de junho de 2016, fazendo parte do Mestrado de Auditoria Empresarial e Pública pela Coimbra Business School.

Os objetivos inicialmente traçados no plano de estágio curricular, mais concretamente, permitir experiência específica na área de Auditoria Financeira, adquirir conhecimento prático aplicando e aprofundando todos os conteúdos aprendidos em sala de aula, na parte letiva do mestrado, contacto com as técnicas e especificidades da organização, do setor de atividade e do mercado de trabalho, entre outros, foram atingidos com dedicação.

Palavras-Chave: Auditoria financeira, materialidade, riscos, certificação legal de contas e relatórios de auditoria.

Abstract

This report has the propose to describe the tasks preformed during the internship in the delegation of Coimbra in the company Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – SROC, S.A., with began in January 4th and ended in June 30th 2016, part of the masters in Business and Public Audit in Coimbra Business School.

The initial objectives build in the curricular internship plan, more specifically, allow specific experience in the finance audit area, purchase practice knowledge applied and deepening all of the contends learned in class, contact with the techniques and specificities of the organization, of the sector of activity and the work market, among others, where hit with dedication.

Key words: Finance Audit, materiality, risks, legal certification of counts and audit reports.

Lista de Siglas

ATA – Autoridade Tributária Aduaneira

AFT – Ativo Fixo Tangível

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CLC – Certificação Legal das Contas

DRA – Diretriz de revisão/auditoria

EOROC – Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

ERM – Enterprise Risk Management

FSE – Fornecimentos e Serviços Externos

ISA – International Standards on Auditing

IT – Interpretações Técnicas

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PC – Pagamento por Conta

PEC – Pagamento Especial por conta

RA – Risco de Auditoria

RC – Risco de Controlo

RD – Risco de Detecção

RI – Risco Inerente

RLC – Revisão Legal das Contas

ROC – Revisor Oficial de Contas

RPFU – Relatório e Parecer do Fiscal Único

RT – Recomendações Técnicas

SS – Segurança Social

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Lista de Figuras

Figura 1 - Conceito de Auditoria	4
Figura 2 Fases do planeamento de Auditoria	11
Figura 3 Processo do risco de Auditoria	17
Figura 4 Programa de circularizações - introdução de respostas	40
Figura 5 - Indexação dos depósitos à ordem	43
Figura 6 Seleção dos funcionários	50
Figura 7 Recibo de vencimento	52

Lista de Tabelas

Tabela 1 Cálculo da materialidade	15
Tabela 2 Avaliação do risco de deteção	19
Tabela 3 Asserções testadas	38
Tabela 4 Asserções testadas	42
Tabela 5 Asserções testadas	44
Tabela 6 Asserções testadas	46
Tabela 7 Asserções testadas	49
Tabela 8 Asserções testadas	53
Tabela 9 Asserções testadas	55

Lista de Fórmulas

Fórmula 1 Modelo de risco em auditoria	16
--	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Distribuição geográfica dos clientes	31
--	----

Introdução

O presente relatório foi elaborado em consequência da realização do estágio curricular e para a obtenção do grau de mestre em Auditoria Empresarial e Pública, realizado na Coimbra Business School - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

A modalidade escolhida para terminar a parte não letiva foi a de estágio curricular, para que pudesse colocar em prática e desenvolver os conhecimentos obtidos durante o período letivo. O estágio decorreu na delegação de Coimbra da empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., entre 04 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016.

No contexto atual, existem distintos tipos de auditoria, nomeadamente a auditoria interna, auditoria de gestão, auditoria operacional, auditoria financeira, entre outras. O estágio foi realizado na vertente da auditoria financeira.

No primeiro capítulo é feito um enquadramento teórico à Auditoria, onde são apresentados alguns conceitos teóricos, elementos fundamentais que devem ser tidos em conta para o desenrolar de uma auditoria, tais como a materialidade e os riscos. Este termina apresentando os diferentes tipos de relatórios.

No segundo tópico é feita uma breve apresentação da entidade onde o estágio decorreu, indicando os profissionais associados à empresa, a sua missão, os clientes e os serviços prestados.

Num terceiro capítulo foi feita menção à importância do arquivo e dos *software* que estão na base e que auxiliam o trabalho de auditoria, tais como o DRAI3-2010, o programa de circularizações e o *Activedata*.

Posteriormente, abordado no quarto capítulo, segue-se a componente prática onde são descritas as atividades desenvolvidas como auditora estagiária.

Em conclusão, no capítulo quinto, expõem-se as conclusões e é feito um balanço das competências adquiridas, terminando com a exposição das referências bibliográficas que tiveram por base este relatório.

1. Enquadramento teórico da Auditoria

1.1 *Evolução histórica da Auditoria*

A auditoria, tal como todas as outras atividades realizadas pelo ser humano, surgiu com uma necessidade. Referências históricas evidenciavam que em 4000 AC se sentia necessidade de auditar cobranças de impostos e controlo de armazéns na Babilónia, China e Egito. Existem também referências à prática da auditoria em alguns textos bíblicos e também no decorrer do império Romano.

Apesar da necessidade de auditar ter sido sentida muito antes das sociedades modernas, foi com o culminar da revolução industrial em Inglaterra no século XIX que a Auditoria se desenvolveu enquanto atividade e estabeleceu os princípios que se mantêm hoje. Com este marco histórico, os capitais das empresas de maior dimensão passaram a ser detidos por investidores independentes. Tal facto deu origem à criação das Sociedades por Ações. Estas sociedades eram obrigadas a prestar contas para proteger os interesses dos seus investidores e com isto o papel do auditor era verificar as transações e auditar as demonstrações financeiras bem como detetar fraudes e erros. Este conceito rapidamente surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) e Canadá devido à influência colonial britânica e, mais tarde, na América Latina em consequência da deslocação de empresas multinacionais norte americanas.

Mais tarde nos EUA, depois da grande depressão em 1929, com o rápido crescimento económico começou a haver uma maior distância entre a propriedade da empresa e a gestão, deste modo ao proprietário interessa garantir que o gestor desempenha bem as suas funções e este deve cumprir com os objetivos da organização sem entrar em conflito com os seus interesses pessoais.

Na década de 1980 a auditoria passa a incidir mais em aspetos suscetíveis de erros e distorções. Também nesta altura o desenvolvimento tecnológico deu origem a que os procedimentos passassem a ser feitos informaticamente, levando consequentemente a que fossem adotadas ferramentas de auditoria informáticas.

Com o crescente número de empresas e com a informatização geral dos processos a auditoria evoluiu: para além de garantir a credibilidade da informação financeira, os auditores passam a ter a responsabilidade de detetar e denunciar fraudes que se tornaram mais difíceis de detetar como o caso as Enron e WorldCom entre outros casos conhecidos.

1.2 Auditoria Financeira

Marques de Almeida (2000:518) descreve, ainda de forma atual, Auditoria como a validação das forças e das relações subjacentes ao risco económico, não se limitando, por isso, a uma simples comprovação e verificação das anotações contabilísticas, alargando, em consequência, o seu raio de ação para a análise da empresa como um todo. Diz ainda que esta auditoria tem uma orientação holística, que se centra no processo de negócio, que exige um conhecimento profundo do mesmo e, que por isso, avalia-o num contexto de risco.

Para melhor compreender esta temática é importante primeiro perceber o conceito Auditoria.

Figura 1 - Conceito de Auditoria



Fonte: Elaboração própria

Segundo o que é definido na ISA 200 - IFAC, uma auditoria é um trabalho de garantia razoável¹ de fiabilidade e tem como objetivo habilitar o auditor a expressar uma

¹ Implica: redução no risco do trabalho de garantia de fiabilidade para um baixo nível aceitável nas circunstâncias do trabalho; Expressa uma forma positiva de expressão da conclusão do profissional executor e em Portugal, os elementos para a revisão legal das contas são: um profissional executor, uma parte responsável e os utentes, um assunto em causa apropriado, critérios convenientes e – prova apropriada. Ou também pode ser um trabalho de garantia limitada de fiabilidade, que implica: redução no risco do trabalho

opinião de que as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável.

Arens *et al* (2007:04) define Auditoria como uma acumulação e avaliação de informações baseadas em evidências para determinar e informar sobre o grau de correspondência entre a informação e os critérios estabelecidos. A auditoria deve ser realizada por uma pessoa independente e competente.

Outra definição do mesmo conceito, por Moraes e Martins (2013:19), é de que a Auditoria é um processo sistemático (sequência de procedimentos lógicos, estruturados e organizados) que têm como objetivo obter e avaliar prova² (essência da Auditoria) acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios estabelecidos, assim como no fim, comunicar as conclusões aos interessados³.

O auditor deve executar procedimentos para que lhe seja possível a identificação e avaliação dos riscos de distorção material tanto ao nível das demonstrações financeiras como das asserções. Asserções são declarações da gerência, que integram as DF's, podendo ser usadas pelos auditores para considerarem os diferentes riscos de distorção tolerável que possam ocorrer.

Com o passar do tempo, surgiu a necessidade de credibilizar a informação produzida em diversos setores e, hoje em dia dispõem-se de vários tipos de auditoria, como é o caso da **auditoria financeira, operacional, de conformidade, de sistemas, ambiental, informática**, entre outras. A que vai ser caracterizada é Auditoria Financeira, uma vez que foi nesta área que o estágio decorreu.

de garantia de fiabilidade para um nível que seja aceitável, mas em que o risco é maior do que num trabalho de garantia razoável; retrata uma forma negativa “nada chegou ao nosso conhecimento que nos permita dizer que as DF's não dão uma imagem...” e em Portugal caracteriza-se por exame simplificado ou revisão limitada.

² ISA 500, §6, A.1 a A.9 - Prova adequada e suficiente. Mais especificamente, a prova adequada/apropriada está relacionada com o grau de confiança que lhe é atribuída, com a qualidade e fiabilidade da mesma; já a questão da prova ser suficiente – está relacionada com a quantidade da prova e tamanho da amostra.

³ Interessados – são todos os que necessitam de consultar a informação do auditor, quer sejam internos ou externos à empresa.

Tal como refere Alves (2015:34) a auditoria financeira é uma atividade que executa testes independentes e objetivos às demonstrações financeiras, assim como à restante informação relacionada com a entidade e que tem o objetivo de emitir uma opinião verdadeira e apropriada sobre as demonstrações financeiras. É ainda regulada por diversas normas e tem exigentes padrões de ética e deontologia.

Como expõe Costa (2014:48), o Framework do IASB considera a existência de **quatro características** qualitativas da informação financeira, sendo elas as seguintes:

- **Compreensibilidade**

A informação financeira presente nas demonstrações financeira deve ser facilmente compreensível pelos utilizadores. Estes devem ter conhecimentos razoáveis para as entenderem, no entanto, as matérias mais complexas, não devem ser retiradas das demonstrações financeiras. Para que seja possível compreendê-las, é necessário algum trabalho extra e alguma vontade de estudar.

- **Relevância**

A informação tem esta característica quando consegue influenciar as decisões económicas dos utilizadores, ao ajudá-los a avaliar os mais diversos acontecimentos ou a corrigir as suas decisões passadas.

Esta característica é afetada pela sua natureza e materialidade. A natureza individualmente por si só é capaz de determinar a sua relevância. Por outro lado, a informação financeira é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utilizadores da informação financeira.

- **Fiabilidade**

Para que os *stakeholders* possam confiar na informação presente nas DF's é necessária que esta expresse fidedignamente os acontecimentos que representa.

Para isso é necessário que os acontecimentos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade económico-financeira, e não apenas focando a sua forma legal.

Além disso, para que a informação seja fiável deve ser neutra (não deve influenciar a tomada de decisão) e prudente (por exemplo, no cálculo de estimativas em condições de incerteza).

- **Comparabilidade**

Os utilizadores devem ser capazes de comprar demonstrações financeiras em diferentes períodos de tempo, com o objetivo de, a partir delas, identificarem tendências na posição financeira e no desempenho; e por outro lado, devem ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes empresas, para avaliarem de forma relativa a posição financeira e o desempenho.

É de realçar ainda que a ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção por Meio da Compreensão da Entidade e do Seu Ambiente, identifica as seguintes asserções:

- **Relativas a classes de transações**

Ocorrência - as transações e acontecimentos que se encontram registados ocorreram e dizem respeito à entidade;

Plenitude - todas as transações e acontecimentos que deveriam ser registados foram registados;

Rigor - quantias e outros dados relativos a transações e acontecimentos registados foram apropriadamente registados;

Corte - transações e acontecimentos foram registados no período contabilístico correto;

Classificação - transações e acontecimentos foram registados nas contas devidas.

- **Relativas aos saldos finais**

Existência - ativos, passivos e interesses no capital próprio existem;

Direitos e Obrigações - a entidade detém ou controla os direitos a ativos, e os passivos são as obrigações da entidade;

Plenitude - todos os ativos, passivos e interesses no capital próprio que deveriam ter sido registados foram registados;

Valorização e imputação - ativos, passivos e interesses de capital próprio estão incluídos nas demonstrações financeiras pelas quantias apropriadas e quaisquer ajustamentos resultantes de valorização e imputação estão apropriadamente registados.

- **Relativas à apresentação e divulgação**

Ocorrência e Direitos e Obrigações - os acontecimentos, transações e outras matérias divulgados ocorreram e dizem respeito à entidade;

Plenitude - todas as divulgações que devam ter sido incluídas nas demonstrações financeiras forma incluídas.

Classificação e compreensibilidade - a informação financeira está apropriadamente apresentada e descrita, e as divulgações estão claramente expressas.

Rigor e Valorização - a informação financeira e outra estão razoavelmente divulgadas e por quantias apropriadas.

Para obter melhores resultados no seu trabalho, o auditor pode escolher várias asserções, por exemplo pode cruzar asserções relativas a classes de transações com por exemplo, asserções relativas aos saldos.

Posteriormente à recolha da prova e à avaliação das asserções, o processo de auditoria termina com a emissão de um relatório onde são expressas as conclusões obtidas no decorrer da auditoria.

1.3 Auditoria Interna versus Auditoria Externa

No que diz respeito ao sujeito que executa a Auditoria esta pode ser dividida em dois tipos, Auditoria Externa e Auditoria Interna.

A **Auditoria Externa** está intrinsecamente ligada às demonstrações financeiras, sendo o objetivo principal fazer face às necessidades de terceiros no que diz respeito à credibilização das mesmas. É realizada por um profissional totalmente independente à entidade, nomeado em assembleia geral de acionistas ou conselho de administradores. Os destinatários do trabalho são todos os utilizadores da informação financeira. É uma atividade periódica, que cessa com a emissão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

A **Auditoria Interna** é uma atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma entidade. Auxilia a organização na concretização dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, para a avaliação e melhoria de eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação⁴. É realizada por um funcionário da instituição, podendo ser nomeado pelo órgão de gestão, pelo comité de auditoria (quando este existir) ou pelo conselho de administração, quando a estrutura da empresa possuir Direção Executiva; no entanto também pode ser desenvolvida em *outsourcing*⁵ e *co-sourcing*⁶. Os destinatários do trabalho são o órgão de gestão, o comité de auditoria. É uma atividade contínua ao longo do tempo, que acrescenta valor à entidade, melhora o seu funcionamento, ajuda a atingir os objetivos delineados e que termina com a avaliação da eficácia dos processos da gestão de risco, controlo e *governance*.

⁴ Informação consultada em: <https://na.theiia.org/Pages/IIAHome.aspx>

⁵ Processo usado para contratar outra empresa para realizar num determinado serviço. Está relacionado com a sub-contratação de serviços especializados.

⁶ Conceito mais recente, que combina alguns dos benefícios do *insourcing* e *outsourcing*. É essencialmente um acordo de negócios, onde o trabalho é feito por funcionários internos e externos à organização. Isso pode ajudar as empresas a reduzir os custos, estes focam-se nas funções administrativas enquanto outros controlam as partes críticas do relacionamento com os clientes.

Tanto o auditor externo com o interno devem estabelecer uma comunicação profissional e verdadeira, incluindo metodologias, ferramentas e formações específicas. A ambos interessa otimizar os recursos e obter da entidade toda a informação necessária e relevante que lhe permita aumentar a utilidade do seu trabalho face à entidade.

Tem de haver uma coordenação entre a auditoria interna e a externa. De acordo com §A.25 da ISA 610 – IFAC, o auditor externo necessita de ser informado e de ter acesso aos relatórios relevantes de auditoria interna, ser mantido informado de qualquer assunto significativo que chame a atenção do auditor interno e que possa afetar o trabalho do auditor externo. Da mesma maneira:

“O chefe executivo de auditoria deveria compartilhar informações e coordenar atividades com outros prestadores internos e externos de serviços de avaliação (*assurance*) e consultoria para assegurar que a cobertura apropriada e a minimização da duplicação de esforços.” (Norma de Atributo nº 2050 – Coordenação – The Institute of Internal Auditors)⁷

Ou seja, o auditor interno deve informar o auditor externo sempre que detete alguma questão relevante que possa afetar o trabalho da auditoria externa.

1.4 Planeamento de Auditoria

Como é referido por Taborda (2015: 97), o trabalho de revisão legal de contas é um trabalho contínuo que inclui o cumprimento de diversas tarefas, a recolha e a avaliação de prova. De uma forma geral, é possível considerar três fases no desenvolvimento de uma auditoria: planeamento – Anexo 1, execução e relato.

O primeiro *input* do trabalho de auditoria financeira é a carta de compromisso - Anexo 2. Tem as normas definidas pela ISA 210 - Termos de trabalhos de auditoria - IFAC, que delibera os termos de aceitação do trabalho pelo cliente e o seu conteúdo, que tem o objetivo de evitar falsas expectativas. Este documento será posteriormente arquivado no dossier permanente, local onde constam todas as informações, que o auditor considera relevantes e que possam ser consultadas durante ou após a auditoria.

⁷ Normas Internacionais para a prática profissional de Auditoria Interna - IIA

De seguida, é importante realçar que no decorrer de uma auditoria é fundamental o cumprimento de cinco princípios, nomeadamente: Integridade, Objetividade, Competência e Zelo profissional, Confidencialidade e Comportamento profissional, referidos na ISA 220 – Controlo de qualidade para uma Auditoria de Demonstrações Financeiras-IFAC.

Como Arens et al. (2007:195) refere, é possível esquematizar as fases do planeamento, tal como é apresentado na seguinte figura:

Figura 2 Fases do planeamento de Auditoria



Fonte: Arens et al (2007:195)

Na fase preparatória do trabalho, o conhecimento da entidade e do seu meio envolvente é realmente importante, assunto que é tratado na ISA 315.

De acordo com a ISA 300 – Planear uma auditoria de Demonstrações Financeiras - IFAC, o Planeamento é um processo contínuo e iterativo que começa muitas vezes logo após a conclusão com a auditoria anterior e vai até à conclusão desta. O planeamento

adequado beneficia a auditoria de diversas formas, mais concretamente, ajudar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas mais importantes da auditoria, ajuda o auditor a identificar e resolver potenciais problemas numa base tempestiva, ajuda o auditor a organizar e gerir devidamente o trabalho de auditoria de forma eficaz e eficiente, entre outros. Por fim, o propósito do auditor é realizar uma auditoria eficaz e tempestiva sempre com o mínimo risco de auditoria.

De seguida, e em traços gerais, a mesma norma esclarece que o planeamento de uma auditoria deverá incluir diversos aspetos, nomeadamente:

- Na estratégia global de auditoria
 - a) Identificar as características do trabalho que definam o seu âmbito;
 - b) Certificar-se dos objetivos de relato do trabalho para planear a tempestividade da auditoria e a natureza das comunicações exigidas;
 - c) Considerar os fatores que, no julgamento profissional do auditor, são significativos ao dirigir os esforços da equipa de trabalho;
 - d) Considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho e, quando aplicável, se é relevante o conhecimento obtido em outros trabalhos executados pelo sócio responsável pelo trabalho relativamente à entidade; e
 - e) Certificar-se da natureza, tempestividade e extensão dos recursos necessários para executar o trabalho.

Este último vem realçar a importância das coisas serem feitas no momento oportuno e não quando esta já passou. É fundamental a esquematização dos processos, a alocação das pessoas e distribuição de tarefas na equipa de auditoria, identificar as áreas críticas assim como a definição dos procedimentos a adotar, e dos objetivos traçados.

- E da documentação de auditoria, deve fazer parte:
 - a) A estratégia global de auditoria;
 - b) O plano de auditoria; e

- c) Quaisquer alterações significativas feitas durante o trabalho de auditoria à estratégia global de auditoria ou do plano de auditoria, e as razões de tais alterações.

Em suma, o auditor deve cumprir os requisitos éticos relevantes, incluindo os que digam respeito à independência, com relação a trabalhos de auditoria financeira e todo o trabalho do auditor deve ser efetuado cumprindo a máxima do ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que originem demonstrações financeiras materialmente distorcidas, como é mencionado no §14 e §15 da ISA 200 - IFAC.

1.5 A materialidade

Para desenvolver um trabalho de auditoria é impossível abranger todos os documentos e transações, deste modo, o auditor executa o seu trabalho tendo por base amostras, representativas de todas as transações, garantindo assim um nível de segurança razoável, sendo capaz de afirmar que as demonstrações financeiras não contêm erros materialmente relevantes.

Como é mencionado na ISA 320 – Materialidade no Desempenho e Execução de uma Auditoria – IFAC, as distorções, incluindo as omissões, são consideradas materiais quando, individualmente ou em agregado, possam influenciar as decisões económicas dos utentes tendo por base as demonstrações financeiras. Os julgamentos acerca da materialidade são feitos à luz das circunstâncias envolventes, e são afetadas pela dimensão e natureza de uma distorção, ou de uma combinação de ambas.

Neste seguimento, o julgamento preliminar sobre a materialidade é a quantia máxima que os auditores estimam que as demonstrações financeiras possam estar distorcidas, sem que isso afete a tomada de decisão dos utilizadores da informação financeira. Com base nesse julgamento, é possível determinar a natureza, extensão e profundidade dos procedimentos de auditoria. Seguidamente, são definidas as áreas de maior significância e a dimensão da amostra.

Como refere Gomes (2014:22) a definição do nível de materialidade a seguir não é estanque a um determinado momento, sendo que o auditor deve rever a materialidade para as DF's como um todo se, no decorrer da auditoria, tomar conhecimento de informação que faria com que tivesse determinado inicialmente uma quantia diferente. Neste contexto, é possível definir a Materialidade Global (MG) e a Materialidade de Execução (ME) preliminar e reavaliar os níveis no trabalho final, de forma a conduzir todo o trabalho de auditoria. A ME designa a quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor, inferiores à materialidade estabelecida para as DF's como um todo, com vista a reduzir para um nível apropriadamente baixo a probabilidade de as distorções não corrigidas e não detetadas agregadas excederem a materialidade para as DF como um todo.

A materialidade depende da **dimensão/quantidade** que é definida pelo julgamento do auditor; **natureza/qualidade** que podem abranger a natureza do negócio e o ramo de atividade, resultados das operações e a posição financeira; e por fim, das **circunstâncias** envolventes, nomeadamente relacionadas com “Quem são os utilizadores?” ou “Quais as necessidades para tomar decisões?”, entre outras.

Almeida (2014:137), define que a aplicação da materialidade passa por cinco fases:

1. Efetuar um julgamento preliminar sobre a materialidade (ISA 300 - IFAC);
2. Alocar o julgamento preliminar às rubricas do balanço (ISA 300 - IFAC);
3. Estimar o total das distorções por rubrica (ISA 450 - IFAC);
4. Estimar a distorção agregada (ISA 450 - IFAC);
5. Comparar o total de distorções estimadas com a materialidade prevista ou revista (ISA 450 - IFAC).

Ao longo de uma auditoria a materialidade está presente em diversos momentos, nomeadamente, na fase de planeamento, durante a realização – quando são feitos os ajustamentos, como é retratado na ISA 320 - IFAC e na conclusão dos trabalhos, quando se efetua a avaliação das distorções identificadas, presente na ISA 450 - IFAC.

Não é definido o método para se efetuar o cálculo da materialidade, no entanto, o

mais recorrente é recorrer ao “método do valor absoluto”, tendo por base a tabela apresentada:

Tabela 1 Cálculo da materialidade

Entidade	Materialidade
Entidades com fins lucrativos	3% a 5% do lucro antes de impostos ou 0,5% a 1% do volume de negócios
Entidade sem fins lucrativos	0,5% do total de gastos ou de rendimentos
Outras entidades	0,5% do ativo líquido

Fonte: § A3, ISA 320 - IFAC

Posteriormente ao cálculo, e pelo que está previsto nas normas, a materialidade é alocada às rubricas do balanço, para facilitar a sua análise, e dá-se o nome de “distorção/erro tolerável”, como Messeir Jr. *et al* (2005:06) indica, a “distorção tolerável” representa o montante por conta ou classe de transações que pode estar distorcido e não ser considerado material. Após a conclusão de auditoria, a deteção de distorções é comparada com a distorção tolerável a fim de determinar se essas distorções são materiais para requerer um ajustamento. Isto significa que se existirem erros inferiores ao patamar da “distorção tolerável” a rubrica está bem apresentada, se os erros forem superiores, é sinónimo de que as rubricas não se encontram adequadamente apresentadas - ver ponto 8, Cap. II. Do Memorando de Planeamento de Auditoria.

Por fim, Gramling *et al* (2012), citados por Leitão *et al* (2016:150), mencionam que:

“Materialidade como um conceito que transmite um significado ou importância acerca de um item. Mas devemos perguntar: significativo para quem? E quão importante? O auditor e a administração da empresa podem, muitas vezes, discordar se uma transação ou afirmação incorreta é material. Além do mais, um valor monetário que pode ser significativo para uma pessoa pode não ser para outra. O conceito de materialidade é abrangente e orienta a natureza e profundidade da auditoria.”

1.6 *Risco de Auditoria*

Como já foi mencionado anteriormente, o auditor executa o seu trabalho tendo por base amostras e como tal está sujeito a incorrer em erros, incertezas ou omissões, que por vezes não são detetadas na realização do mesmo.

Fórmula 1 Modelo de risco em auditoria

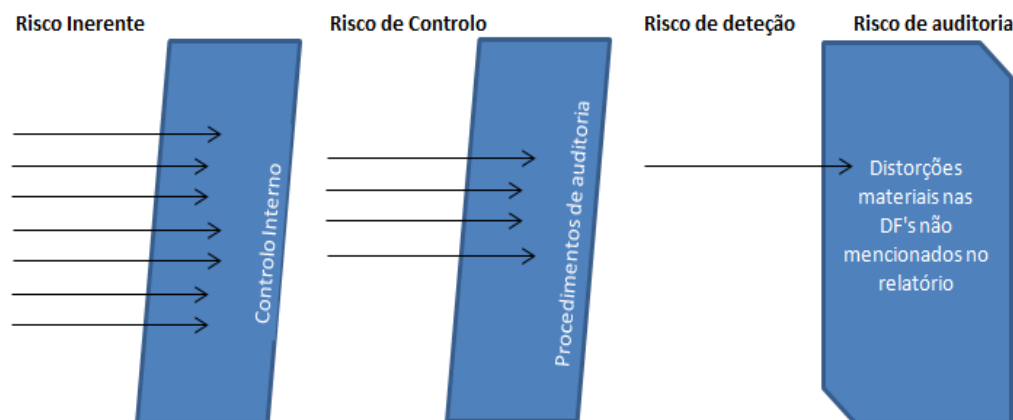
$$\text{Risco de auditoria} = f(\text{RI}; \text{RC}) \times \text{RD}$$

Fonte: Almeida (2014:123)

Rebocho (2005:1) refere que a variável importante neste modelo será a avaliação do RC, a qual procura quantificar ou qualificar a (in)capacidade do SCI – Sistema de Controlo Interno instituído de uma entidade em prevenir e detetar a ocorrência de potenciais distorções materialmente relevantes, no intuito de usar essa avaliação na determinação do RD – Risco de Detecção e consequente acumulação da evidência necessária de modo a suportar o RA – Risco de Auditoria desejado. Temos assim como ponto de partida um SCI instituído pela gestão de uma entidade tendo em vista o cumprimento de certos objetivos que derivam do facto desta ser responsável pelo relato financeiro.

O risco de auditoria traduz-se na possibilidade do auditor emitir uma opinião inapropriada, ou seja, opinião “limpa”, quando as demonstrações financeiras apresentadas estão, na realidade, materialmente distorcidas. Este risco é composto por: três componentes, nomeadamente, o risco inerente (RI), o risco de controlo (RC) e o risco de deteção (RD), esquematizados na seguinte figura:

Figura 3 Processo do risco de Auditoria



Fonte: Alves (2015:173)

Como é referido na ISA 200, §13, o **RI** é a possibilidade dos saldos das contas e das classes de transações apresentarem distorções materialmente relevantes, sem considerar os controlos internos. Este risco não pode ser alterado pelo auditor, está diretamente relacionado com o tipo de negócio e é completamente independente do controlo interno.

O **RC** retrata a possibilidade de existirem distorções nos saldos das contas e nas classes de transações, não evitadas, prevenidas e corrigidas pelo controlo interno da organização. Nenhum sistema de controlo interno consegue eliminar todos os riscos em absoluto, ou seja, existe sempre um risco residual, ou pela ocorrência de simples falhas humanas ou pela resistência do órgão de gestão à mudança.

Spires e Yardley (1998: 2), citados por Barros (2006:10) salientam que, se o auditor falha as avaliações desses dois riscos (RI e RC), isto é, se estas não estiverem relacionadas com o risco de existência de erros, então pode, igualmente, errar no montante e tipo de evidência de auditoria a obter.

O auditor tem de recorrer a testes de controlo para se certificar da eficácia do **Sistema de Controlo Interno (SCI)**. Existe uma relação inversa entre o RC e a obtenção de

prova, ou seja, quanto menor for o RC, maior será a prova que o auditor necessitará, com o objetivo de comprovar a eficácia do funcionamento do SCI.

Para que o SCI da organização seja bem executado é necessário que oito componentes, de acordo com o modelo do COSO II – Enterprise Risk Management - integrated Framework (ERM) de 2004 operem em simultâneo. A primeira é o “**ambiente de controlo**” que traduz a posição e consciencialização dos órgãos de gestão face ao sistema de controlo interno que, por sua vez, se reflete em todos os colaboradores da entidade; a “**definição de objetivos**” deve ser realizada antes da identificação dos riscos ou eventos potenciais que afetem os objetivos, a “**identificação de acontecimentos**” os acontecimentos, externos ou internos, devem ser identificados e classificados como riscos ou oportunidades, a “**avaliação do risco**” consiste na identificação e análise dos riscos relevantes para a concretização dos objetivos e, consequentemente, na melhor forma de controlar ou gerir esses riscos, a “**resposta ao risco**” designa quando o órgão de gestão define a sua posição quanto à tolerância ao nível do risco, tomando medida para o minimizar, a “**atividade de controlo**” compreende políticas e procedimentos que ajudam a gestão a assegurar que as orientações estão a ser cumpridas, a “**informação e comunicação**” que é um elemento fundamental, onde nestes sistemas as informações relevantes são identificadas e comunicadas a todos os níveis da organização e em curto período de tempo e, por fim, a “**supervisão ou monitorização dos controlos**” que constitui uma importante responsabilidade da gestão; é nesta fase que se verificam se os controlos estão a funcionar como é devido e se os mesmos são alterados quando as condições se alteram.

Tem de haver adequação e equilíbrio entre os riscos e o Controlo Interno, uma vez que os riscos excessivos podem provocar perda de ativos, decisões financeiras erradas, não conformidades, entre outras; em paralelo estão os controlos excessivos que podem originar aumento da burocracia e consequentemente perda de tempo e produtividade, por exemplo.

Em suma, todo o SCI deve ter como objetivo a minimização dos riscos dos erros e irregularidades, à luz dos procedimentos, orientações e normativos aplicáveis, assegurando a sua prevenção e deteção tempestiva.

E por último, o **RD** traduz-se na possibilidade de não se detetarem erros materialmente relevantes, aquando da realização dos testes substantivos. É o único risco controlado pelo auditor e nunca pode ser completamente eliminado, pelos custos que implica. Se o risco de deteção for baixo, o auditor terá de realizar testes substantivos mais profundos. E como refere Alves (2015:174) para que o trabalho de auditoria seja realizado com um risco de auditoria num nível baixo, é necessário que o auditor avalie os riscos inerente e de controlo e que determine o risco de deteção em função dessa avaliação, como é notório pela análise da tabela:

Tabela 2 Avaliação do risco de deteção

Inter-relacionamento das Componentes do Risco de Revisão/Auditoria				
Avaliação pelo auditor/revisor do risco inerente	Avaliação pelo auditor/revisor do risco de controlo			
		Alto	Médio	Baixo
	Alto	O mais baixo	Mais baixo	Médio
	Médio	Mais baixo	Médio	Mais alto
	Baixo	Médio	Mais alto	O mais alto

Fonte: Almeida (2014:126)

Tendo por base a tabela 2, o risco de deteção é caracterizado pelo “níveis” expressos a negrito.

Na primeira situação representada, sendo os riscos inerente e de controlo altos, advém a necessidade de reduzir ao máximo o risco de deteção – aumentando a amostra, para que seja possível obter um risco de auditoria razoável. Na posição oposta, quando os riscos inerente e de controlo são definidos como baixos, a auditor pode aceitar um risco de deteção elevado – realizando menos procedimentos substantivos - e reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo.

Em suma e após a análise da tabela 2 é possível verificar a existência de uma relação inversa entre o risco de distorção material (RDM) e o risco de deteção.

1.7 Papéis de Trabalho

No decorrer de uma auditoria, a prova, a globalidade dos procedimentos de auditoria e as conclusões do auditor são expostas em “papéis de trabalho”. Estes possuem existência física e digital. Para que a sua organização e consulta seja mais facilitada, são organizados e arquivados em dois Dossiers diferentes: o Dossier Corrente e o Dossier Permanente. Existe ainda o Dossier de Circularizações onde são arquivados os papéis de trabalho da confirmação externa.

Pela ISA 230 – Documentação de Auditoria - IFAC, cada papel de trabalho deveria ser preparado, tendo no seu conteúdo:

- O nome do auditor responsável pelo desenvolvimento da tarefa/auditoria;
- Área auditada;
- Indexação devidamente realizada;
- Data de realização da tarefa;
- E, assinatura dos responsáveis pela elaboração e revisão do trabalho.

Vale ainda referir, sob o mesmo normativo, que a preparação dos papéis de trabalho tem como objetivos, auxiliar a equipa de auditoria no planeamento e execução da mesma; ajudar na supervisão e análise dos trabalhos de auditoria; assentar ideias acerca da informação recolhida para que posteriormente seja emitida uma opinião.

De acordo com o que está referido no §19 da DRA 510 – Prova de Revisão/Auditoria - OROC⁸, a prova é obtida por meio dos seguintes procedimentos ou da combinação deles:

- **Inspeção** – verificação dos registos e dos documentos de suporte, assim como confirmação da existência dos ativos mencionados, por exemplo os ativos fixos tangível e inventário.
- **Observação** – consiste em assistir a um processo ou procedimento, desempenhado por um elemento da empresa, por exemplo: contagem física do inventário.
- **Indagação** – obtenção de informação, escrita e/ou oral, de pessoas conhecedoras da entidade (sendo a escrita bastante mais credível do que a oral).
- **Confirmação** – obtenção de resposta que confirmem a informação constante das DF's, por exemplo, através as confirmações externas⁹.
- **Cálculo** – baseia-se na verificação da exatidão aritmética dos documentos de suporte e lançamentos contabilísticos, por exemplo nas faturas.
- **Procedimentos alternativos** – confrontações assentes na informação financeira, contabilística e da gestão, como por exemplos a análise de rácios e tendências.

Tendo em conta as diversas formas de obtenção de prova é possível obtê-la dentro e fora da entidade. Fora da entidade é possível recorrer a clientes, fornecedores, bancos, finanças, etc, e a informação externa é considerada mais credível assim como daquela que o auditor obtém diretamente.

⁸ É de realçar que ao longo deste relatório vão ser referenciadas algumas DRA que legalmente a partir de 01 de janeiro de 2016 deixaram de existir, como é referido no Guia de Aplicação Técnica nº1, nomeadamente a DRA 230, 300, 310, 320, 400, 410, 500, 505, 510, 511, 545, 580, 700, 701, 702, 720 e 800. As restantes DRA, Interpretações Técnicas (IT) e Recomendações Técnicas (RT) estão a ser revistas e irão ser substituídas por Normas Técnicas e Guias de Aplicação Técnica da OROC se assim for o caso. No entanto, como as tarefas expostas neste relatório se referem ao trabalho de trabalho de 2015, estas alterações não serão abordadas ou consideradas. Informação presente na Circular nº 46/16, de 02 de agosto de 2016 da OROC.

⁹ Ver capítulo 4.2 – Clientes, vendas e prestações de serviços

1.8 *Revisão Legal das contas*

A revisão legal das contas, para algumas empresas obrigatória, é um ato de reconhecimento de credibilização da informação financeira prestada pela empresa. A mesma, é uma função exclusiva dos ROC, atribuída pelo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), cuja aprovação inicial foi pelo decreto-lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, revogado 4 vezes, sendo a Lei n.º 140/2015 de 07 de Setembro a 5ª a mais recente versão do diploma em questão.

Existe um grupo de empresas obrigadas à revisão legal das contas, nomeadamente:

- **Sociedades anónimas** (pelo artigo 413º do CSC)
- **Sociedades por quotas** que:

- Resultem de disposição legal, estatutária ou contratual;

- Possuam ou devam possuir contabilidade organizada nos termos dos planos contabilísticos aplicáveis e preencham os requisitos estabelecidos no nº 2 do artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais.¹⁰

“2 - As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal desde que, durante dois anos consecutivos, sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:

a) Total do balanço: 1500000 euros;

b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3000000 euros;

c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.” (Artigo 262º da Lei nº 148/2015, de 09 de setembro)

- **Entidades obrigadas à elaboração de Contas Consolidadas**

Uma empresa mãe é obrigada a elaborar as demonstrações financeiras consolidadas quando, na data do seu balanço, o conjunto das entidades a consolidar, com

¹⁰ Pelo artigo nº 43, nº 1 da Lei (da aprovação dos Estatutos da OROC) n.º 140/2015 de 07 de Setembro

base nas suas últimas contas anuais aprovadas, ultrapassem dois dos três limites a seguir indicados (soma algébrica das demonstrações financeiras individuais das empresas do grupo):

- Total do balanço: € 7 500 000;
- Total das vendas líquidas e outros rendimentos: € 15 000 000;
- Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 250.

No entanto, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, emitiu a Circular n.º 47/2011, de 17 de junho, segundo a qual uma empresa mãe no ano da sua constituição e no ano seguinte, fica sempre obrigada a elaborar contas consolidadas, ainda que não tenha ultrapassado os limites supra indicados, tendo em conta que só no terceiro ano poderá verificar a condição de dispensa.

"1. A entidade que elabora as contas consolidadas deve submetê-las a exame pelo revisor oficial de contas e pelo seu órgão de fiscalização, nos termos dos artigos 451.º a 454.º, com as necessárias adaptações.

2. Caso tal entidade não tenha órgão de fiscalização, deve mandar fiscalizar as contas consolidadas, nos termos do número anterior, por um revisor oficial de contas.

3. A pessoa ou pessoas encarregadas da fiscalização das contas consolidadas devem também emitir, na respetiva certificação legal das contas, parecer acerca da concordância, ou não, do relatório consolidado de gestão com as contas consolidadas do mesmo exercício.

(...)" (pelo artigo 508.º-D do CSC, da mais recente versão, Lei n.º 148/2015, de 09/09)

- **Todas as Sociedades Gestoras de Participações Sociais - SGPS** (Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, pelo artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais)
- **Municípios e entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas, tal como disposto no artigo** (Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro (1ª versão¹¹: - art 77º)

¹¹Tendo sido atualizada, sete vezes, sendo a última versão Retificação n.º 10/2016, de 25/05

"1. As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditor externo, que reporta à assembleia municipal.

(...)

2 *Compete ao auditor externo que procederá anualmente à revisão legal das contas:*

(...)

e) Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e as demonstrações de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal."

- **As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo** (Decreto-Lei n.º 142/09 de 16 de Junho)
- **Os Agrupamentos Complementares de Empresas, desde que o agrupamento emita obrigações** (Lei n.º 4/73 de 4 de Junho).¹²
- **Entidades de interesse público** (pelo art 45º, nº 3 da Lei n.º 140/2015 de 07 de Setembro)¹³

De acordo com a DRA 700 - OROC, que estabelece linhas guias quanto à forma e conteúdo dos relatórios, esta apresenta 3 tipos de relatórios:

- a) A certificação legal das contas (CLC) exercida em cumprimento de **disposição legal** e no contexto dos mecanismos de fiscalização das entidades ou empresas objeto de revisão (conforme art nº 43 e nº44 dos EOROC) termina com a emissão da CLC;
- b) A certificação das contas (CC) exercida em cumprimento de disposição legal, **estatutária ou contratual** (conforme art. nº45 dos EOROC) termina com a emissão de um relatório/parecer;

¹²Referida no "Regime jurídico e fiscal do agrupamento complementar de empresas (ACE) – artigo de conferência da OROC"

¹³ Revogada pela Lei n.º 148/2015, de 09 de Setembro – artigo 3º, alínea f)

- c) Serviços relacionados com as alíneas anteriores, nos termos do Código dos Valores Mobiliários (e DRA 701 - “Relatório do Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Anual”) terminam com a emissão de um relatório, que tenha um âmbito específico.

1.9 *Certificação Legal das Contas*

Para auxiliar o revisor a emitir uma opinião, existe como referência a DRA 700 - OROC, a ISA 700¹⁴, a ISA 705¹⁵ e por fim a ISA 706¹⁶.

A CLC, regulada pela legislação, quanto à forma e conteúdo, tem como objetivo expressar uma opinião verdadeira e apropriada sobre as demonstrações financeiras da empresa. Este documento, o mais importante relatório de revisão produzido pelos revisores, serve de garantia aos *stakeholders*. Existe matéria que não afeta a opinião do revisor, que são as ênfases e existe matéria que modifica a opinião do revisor, que são as reservas.

As **ênfases** resultam de situações que afetam as demonstrações financeiras mas que não qualificam a opinião do auditor, apenas destacam algum aspeto mais relevante, razão pela qual na CLC surgem após o parágrafo d a opinião.

Tal como descreve Taborda (2015:58) um exemplo de uma ênfase é a incerteza do desenlace de um processo jurídico, que não cumpre os critérios de reconhecimento contabilístico nas demonstrações financeiras, mas que está adequadamente mencionado no Anexo e o auditor achou por bem realçar.

As **reservas**, ao contrário das ênfases, afetam a opinião do revisor sobre as demonstrações financeiras e na CLC são colocadas antes do parágrafo de opinião, porque a influenciam. Há reservas por desacordo, quando as demonstrações financeiras não estão apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites ou

¹⁴ Formar uma opinião e relatar sobre as Demonstrações Financeiras

¹⁵ Modificações à opinião no Relatório do Auditor Independente

¹⁶ Parágrafos de Ênfase de Matéria e Outros Parágrafos de Matéria no Relatório do Auditor Independente

quando contêm erros ou omissões que conduzem a distorções materiais nas DF's. Situações em que o auditor considera que é posta em causa a imagem verdadeira e apropriada da entidade.

Reservas por limitações de âmbito, nas situações em que o auditor não consegue recolher prova de auditoria que lhe possibilite a formulação de uma opinião fundamentada. Isso acontece quando, por exemplo, não existem demonstrações financeiras elaboradas ou quando as mesmas não são fornecidas aos auditores.

No limite extremo, quando as limitações de âmbito são em diversas áreas, e o auditor não possui de evidência suficiente para aferir a veracidade das demonstrações financeiras, está no direito de exprimir uma escusa de opinião, e ainda, se na sua opinião, as consequências das reservas por desacordo têm elevado impacto, este exprime uma opinião adversa.

Em suma, e de acordo com a divisão que Alves (2015:505) refere podemos considerar diversos tipos de CLC:

- **Opinião não modificada sem ênfases (dita CLC “padrão ou limpa”);**
- **Opinião não modificada com ênfases;**

É pretendido chamar a atenção para as matérias que afetam as DF's , mas que não influenciam a opinião do auditor, se o devido tratamento e divulgação esteja mencionado no Anexo.

Uma das situações que origina uma ênfase: a empresa que se encontra no art 35^a do CSC ($CP < \frac{1}{2} CS$), ou seja, quando perdeu mais de metade do seu capital durante o exercício económico, que coloca em causa a sua viabilidade.

- **Opinião qualificada por reservas por limitação de âmbito;**

As limitações de âmbito surgem quando aos auditores é impossível verificar determinadas áreas.

Basta uma nomeação tardia de um ROC para originar uma limitação de âmbito. Por exemplo, no caso dos Inventários, a impossibilidade deste assistir à contagem física. A situação agrava-se quando a empresa não tem sistema de registo dos inventários - onde são registadas as entradas e as saídas – e o valor desta rubrica é materialmente relevante no Balanço.

- **Escusa de opinião;**

No caso em que se verifiquem limitações de âmbito em várias áreas/de grande extensão, que impeçam o auditor de adquirir evidência e de se manifestar sobre as DF's, origina uma escusa de opinião.

Por exemplo, quando a empresa detém uma participação financeira noutra, representada por cerca de 90% do seu ativo e o auditor não consegue confirmar esta informação, uma vez que não lhe foi possível a consulta das contas dessa outra entidade; ou quando existe o caso da impossibilidade da confirmação externa dos saldos de clientes (pela falta de resposta da parte deles) e quando esse valor representa 20% do ativo.

- **Opinião qualificada por reservas por desacordo;**

Uma opinião com esta reserva pode derivar de distorções materialmente relevantes nas Demonstrações Financeiras, omissões ou divergência do auditor quanto à alteração de políticas contabilísticas e à sua errada divulgação, ou por exemplo, à má aplicação das normas contabilísticas.

Uma situação em que esta reserva existe, no caso das mercadorias, as mesmas já terem passado o prazo de validade e o seu valor continuar expresso no balanço, quando já deveriam ter sido considerado em perdas, estando assim o valor desta rubrica sobreavaliado.

- **Opinião adversa;**

Quando as demonstrações financeiras não apresentam uma imagem verdadeira e apropriada acerca da posição financeira da empresa, as reservas por desacordo são

bastante relevantes e possam induzir os *stakeholders* em erro aquando da consulta da informação financeira, o auditor emitirá uma opinião adversa.

São exemplos a conjugação dos seguintes casos, a participação da empresa A na empresa B, expressa no ativo do balanço, num valor materialmente relevante, quando a empresa B está em falência; o não reconhecimento de uma provisão, derivado de um processo judicial contra a empresa, onde o terceiro exige uma indemnização de um montante materialmente relevante e por exemplo ter a rubrica do ativo sobreavaliada ou o passivo subavaliado.

- **E, Declaração de impossibilidade de certificação.**

Que ocorre quando não existem condições do auditor expressar uma opinião fidedigna devido a situações de inexistência ou da não cedência de peças da informação financeira.

1.10 Relatórios de Auditoria

No final de todo o processo de análise às DF's o objetivo do auditor é emitir uma opinião que reflita se estas se encontram materialmente distorcidas ou não.

Uma vez que as demonstrações financeiras são da responsabilidade do órgão de gestão da empresa, surge assim a grande necessidade de as reconhecer junto dos utilizadores da informação financeira.

No contexto internacional são apresentados dois tipos de relatórios:

- **Short Form Report**

É um relatório breve, que realça as principais conclusões e acompanha as DF's que são destinadas a publicação.

- **Long Form Report**

Trata-se de um relatório mais longo e complexo, que abrange pormenores das demonstrações financeiras, recomendações, notas explicativas, assim como a descrição pormenorizada do teste realizado. Este relatório tem uma função diferente do acima referido, é destinado à administração/gerência e são eles que decidem a sua, ou não, divulgação.

2 Entidade acolhedora

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.¹⁷ fundada em 1999, com um capital social de 50.000€ e inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 176¹⁸.

Esta dedica-se à revisão legal de contas (RLC), auditoria às contas e serviços relacionados, designada pelo CAE (Classificação das Atividades Económicas) 69200 - Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal.¹⁹

Conta com três escritórios localizados na zona Centro, nomeadamente na Guarda - onde se localiza a sua sede - Coimbra e Viseu. O estágio em questão realizou-se na delegação de Coimbra, cuja morada é Avenida Fernão de Magalhães, nº 619, Edifício Mondego – sala 101, dirigida pelo Professor Doutor José Joaquim Marques de Almeida, ROC nº 571.

A delegação de Coimbra, no caso concreto, é composta por 8 pessoas, sendo que 6 se encontram diretamente ligadas à área de auditoria.

Fazem parte da sociedade 6 sócios - nomeadamente Dr. José Joaquim Marques de Almeida, ROC nº 571, Dr. Vítor Manuel Lopes Simões, ROC nº 780, Dr. João Andrade

¹⁷ Seguindo o que está mencionado no art. 121º da Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro.

¹⁸ Conforme o (art.101º do DL 487/99, de 16 de Novembro) da Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro.

¹⁹ Informação retirada de: <https://www.racius.com/marques-de-almeida-j-nunes-v-simoes-associados-sroc-s-a/>

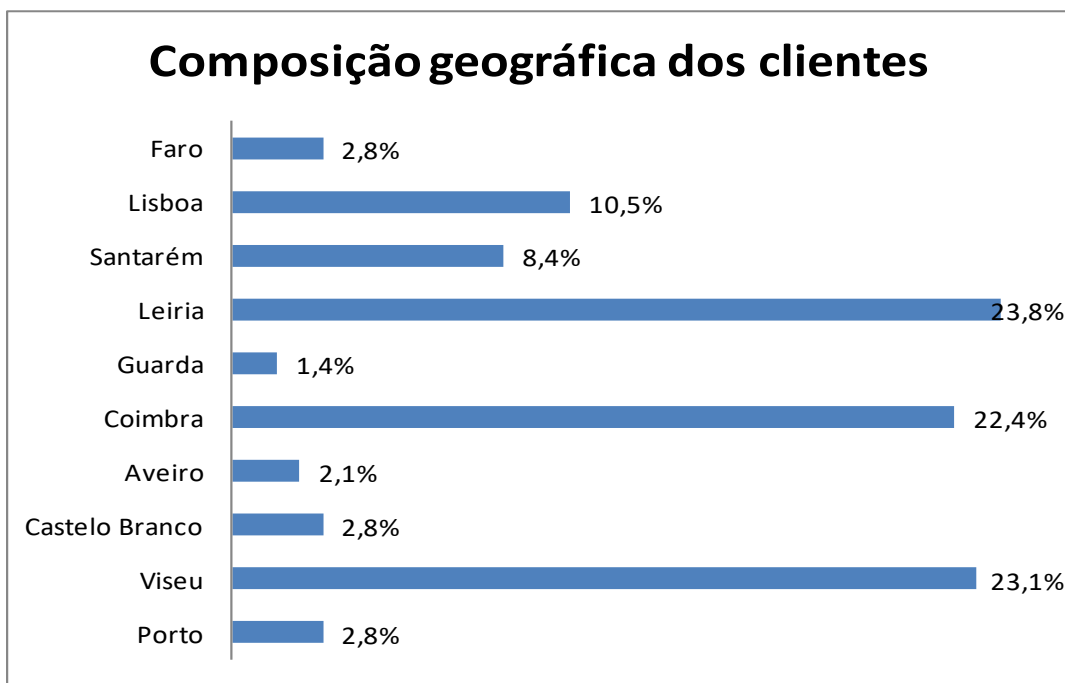
Nunes, ROC nº1062, Dr. Bruno José Machado de Almeida, ROC nº 1407, Dr. Nuno Filipe Furtado Almeida Fragona e Carlos Cunha, Campos e Associados, SROC, Lda nº 297.

Dispõe de 18 profissionais qualificados e especializados em diversas áreas, especificamente auditoria, economia, fiscalidade, contabilidade e gestão e, por fim, consultoria financeira. Profissionais que são experientes e dinâmicos, o que tem possibilitado à entidade um elevado crescimento, tendo por base fortes padrões de ética, código de boas práticas, exigência e qualidade expressos nos serviços prestados, confirmados pela confiança e satisfação dos clientes.

A sua missão é dar condições aos clientes para que se tornem mais eficientes criando valor acrescentado para os seus *stakeholders*. Sempre com a mesma dedicação ao cliente, uma vez que a atividade empresarial desenvolvida é orientada para atender as suas necessidades e preocupações, rigor e profissionalismo nas suas relações profissionais (clientes e parceiros). Para que isto funciona na íntegra é necessário que haja uma entreaajuda, um espírito de equipa muito forte. É fundamental a partilha, o informar, o comunicar e ser capaz de entender o trabalho individual como parte do todo.

Distribuídos por todo o país estão os diversos clientes da entidade. Estes são dos mais variados setores (público, privado e cooperativo), de diversas dimensões (pequenas, médias e grandes empresas) e ainda, algumas com relações internacionais. Também presta serviços em áreas mais técnicas, para pessoas singulares ou para entidades do Estado, relacionados com a área de atuação da empresa.

Gráfico 1 Distribuição geográfica dos clientes



Fonte: Elaboração Própria

Por fim, a empresa presta serviços distintos que se subdividem em três categorias, auditoria, serviços de natureza fiscal e consultoria.

A principal atividade da sociedade é a Revisão Legal das Contas, que tem como objetivo, no final de cada exercício económico, a emissão da Certificação Legal das Contas (CLC).

3 Arquivo e Software

3.1 *Dossier Corrente*

O Dossier Corrente é onde está toda a documentação referente ao período em análise e onde se arquiva todo o trabalho de auditoria que é elaborado - Anexo 3.

São arquivados, por exemplo, programas de trabalho - onde está refletido o resumo dos procedimentos, objetivos da auditoria e descrição dos procedimentos - e mapas de

trabalho – onde o auditor coloca os testes realizados, com as respetivas conclusões, que lhe serão úteis para a emissão dos pareceres e relatórios.

“Deve ser organizado para cada trabalho específico e concluído num prazo não superior a 60 dias após a data do relatório do auditor”, pela ISA 230 (A.21.).

3.2 Dossier Permanente

O arquivo permanente contém todos os elementos e informação sobre o cliente, desde a sua “entrada” como cliente até ao momento, necessário para auditorias presentes e futuras. Depende da sua atividade e dimensão, e deve ser revisto e atualizado no início de cada auditoria.

Os documentos aqui anexados devem estar bem organizados, para facilitar a rápida consulta e auxiliar o trabalho que está a ser desenvolvido. Neste caso em concreto, na Marques de Almeida, J.Nunes, V.Simões & Associados, SROC, S.A., a informação está dividida por indicadores/separadores devidamente etiquetados como é evidenciado no Anexo 4.

3.3 Dossier de Circularizações (confirmação externa)

Para uma melhor perceção do conceito é importante definir confirmação externa, é o processo de obtenção e avaliação da prova de auditoria, prova essa que chega até o auditor pela via escrita, recebida sem qualquer interferência da empresa (cliente), em resposta ao pedido da SROC acerca do saldo (do terceiro) presente nas demonstrações financeiras (do cliente).

Este dossier contém a informação relativamente aos terceiros. É composto pela correspondência enviada, correspondência recebida, pelo módulo de balancetes de terceiros (a partir do qual se vai fazer a seleção dos mesmos), uma área para Clientes, Fornecedores, Outros Devedores e Credores, Fornecedores de Investimento, Bancos, Advogados, Seguradoras e por último, um separador com a designação “Outros”, para

elementos relevantes diversos. À semelhança do Dossier Corrente, é feito anualmente, para cada entidade.

3.4 Software

O uso das Tecnologias de Informação (TI) é cada vez mais recorrente. Existem orientações desde há muito tempo atrás, por parte dos diversos organismos, por exemplo IIA e AICPA, para que o trabalho de auditoria fosse desenvolvido com o seu auxílio, uma vez que o tornam mais eficaz e eficiente.

Como é referido por Pedrosa *et al* (2015:106) existem diversas motivações para a utilização das TI. Uma delas diz respeito à expectativa do desempenho, que expressa o grau em que auditor acredita nos ganhos de desempenho no trabalho por si executado, aquando da utilização do sistema; outra refere-se à expectativa do esforço, mais concretamente na facilidade em realizar o trabalho; entre outras.

De seguida, vão ser mencionados alguns dos recursos informáticos usados no decorrer dos trabalhos de auditoria.

- **DRAI3-2010**

A BDO Portugal²⁰ é a criadora do programa DRAI3-2010 - Anexo 5, este que é recomendado pela OROC durante o desenvolvimento de uma auditoria.

Como é referido no folheto do XI Congresso dos ROC²¹, Dossier de Revisão/Auditoria Informatizado DRAI3 é a aplicação informática integrada de apoio ao planeamento e realização do trabalho de campo de revisão/auditoria às contas, dirigida aos Revisores Oficiais de Contas e seus colaboradores. A atual versão DRAI3 conta com as seguintes principais funcionalidades:

- Facilidade de Utilização (Baseado em Excel);

²⁰ A marca BDO é representada em Portugal pelas firmas BDO & Associados SROC, BDO Consulting e BDO Outsourcing, Serviços de Contabilidade e Organização

²¹ Consultado em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/62/EmFoco.pdf>, no dia 09/08/2016.

- Conformidade com o Sistema Normalização Contabilística (SNC);
- Atualizações das ISA's;
- Planeamento, Controlo Interno e Programas de Trabalho;
- Revisão Analítica, Rácios e Secções de Trabalho;
- Ajustamentos e Demonstrações Financeiras Ajustadas;
- Dossier Permanente, Circularização e Controlo Interno;
- Papéis de Trabalho e Importação Automática de Balancetes;
- Compatibilidade Office 2007 a 2013 e Windows 7 e 8.

- **Programa de Circularizações de terceiros**

É um programa desenvolvido pelo informático da empresa acolhedora para satisfazer as necessidades existentes durante processo²². Tem integrado os modelos das cartas, para serem enviadas aos terceiros, possibilita o tratamento das respostas dos terceiros, permitindo uma análise mais fiável e objetiva na conclusão do processo de circularização - ver Anexo 6.

- **ActiveData**

É uma ferramenta estatística. Esta é complementada pelo Excel que possibilita a compilação de dados recebidos dos clientes, ajuda no processo de seleção dos dados para encontrar áreas propensas ao risco, cria amostras (aleatória, estratificada e monetária), tabelas cruzadas, duplicar chave de deteção, remoção e deteção de lacunas, fazer somatórios de parcelas comuns, categorizar, estratificar, detetar parcelas duplicada ou

²² Era realizada a circularização de terceiros para clientes, fornecedores, bancos, advogados, seguradoras, devedores diversos, credores diversos, entre outros.

parcelas em falta, gerar estatísticas, entre outras funções. São mais de 70 funções e podem ser usadas individualmente ou em conjunto com outras aplicações²³.

4 Tarefas desenvolvidas durante o estágio

No decorrer do primeiro dia de estágio foi feita a apresentação das instalações e dos colegas de trabalho, explicado o funcionamento normal da entidade, e realçado a importância da confidencialidade da informação, sendo posteriormente preenchidas as respetivas declarações de conforme previsto no Manual de Controlo Interno da Sociedade.

Posteriormente, seguiram-se as primeiras abordagens, aprendizagens e explicação das potencialidades do software DRAI3-2010 (já mencionadas anteriormente).

Durante o tempo de estágio foram realizadas tarefas em diversas empresas, de diversos setores do mercado, tais como, madeiras, alimentar, construção, metalúrgica, entre outras.

Para dar início ao processo de auditoria eram solicitados às empresas (já anteriormente clientes) alguns elementos, nomeadamente balancetes analíticos trimestrais, extratos, declarações de não dívida (à Autoridade Tributária Aduaneira - A.T.A. e Segurança Social - S.S.), comprovativos de pagamento (S.S.), entre outros²⁴. Recebidos os elementos, iniciam-se os trabalhos de auditorias, com a introdução de balancetes no DRAI3-2010, para que fosse feita uma primeira análise às contas - ver Anexo 7.

Os balancetes em suporte físico são arquivados no Dossier Corrente, mais concretamente, no Secção I – “Documentos de Prestação de Contas”, sendo atribuída a seguinte indexação:

²³ Consultado em: <http://www.informationactive.com>

²⁴ Quando se trata de um novo cliente é requerida mais informação, nomeadamente a certidão permanente atualizada, estatutos e pacto social, Relatório e Contas dos anos anteriores devidamente assinados, entre outros.

- Balancete de abertura - I.500
- Balancete do 1º trimestre (março) – I.400
- Balancete do 2º trimestre (junho) – I.300
- Balancete do 3º trimestre (setembro) – I.200
- Balancete do 4º trimestre/final (dezembro) – I.100

Após esta fase inicial, de adaptação, segue-se a descrição das atividades desenvolvidas, expostas na respetiva área, que foram executadas com o devido auxilio nas tarefas desenvolvidas, quando era necessário.

As áreas mais comuns no processo de auditoria são: ativos fixos tangíveis, terceiros (clientes e fornecedores), financiamentos obtidos, gastos com o pessoal, entre outras.

De seguida vão ser descritas as rubricas das demonstrações financeiras, que foram analisadas pela estagiária.

4.1 Ativos Fixos Tangíveis, Amortizações e Perdas por Imparidades

Como é referido no § 6 da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis – Comissão de Normalização Contabilística (CNC), são itens tangíveis aqueles que:

- a) Sejam detidos pela entidade para uso da produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e
- b) Se espera que sejam usados durante mais do que um período.

Com o uso decorrente deste ativos, no final de cada exercício económico, o bem não apresenta as mesmas condições do início do mesmo. Quer-se com isto dizer, que estes bens sofrem desgaste. Desgaste esse que é representado na conta 438 – Depreciações Acumuladas, utilizando o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro de 2009, que fixa as taxas de depreciação de acordo com o ativo em causa.

Os AFT são ativos destinados a ficar na entidade por um período superior a um ano. Fazem parte desta categorias terrenos e recursos naturais, equipamentos de transporte, equipamentos administrativo, entre outros, assim como as respetivas depreciações.

Como é referido por Almeida (2014: 394), normalmente os AFT representam o ativo com maior representatividade no total dos ativos, assim como os gastos inerentes, nomeadamente como despesas de conservação e reparação, perdas por imparidade e depreciações, que têm um elevado impacto no apuramento do resultado da empresa.

Nesta área é preenchido o papel de trabalho BS4 - Mapa de Evolução do Ativo Fixo Tangível - Anexo 8, com a informação presente nos balancetes analíticos trimestrais da entidade, que tinham sido previamente solicitados. Iniciava-se partindo do saldo de abertura do ano que se estava a analisar até o saldo final do exercício em questão, adicionando o valor das entradas e deduzindo o valor das saídas.

Tendo por base este papel de trabalho, é possível detetar as aquisições e abates, é imprescindível confirmá-los. Com base no anexo 8, como é visível, os extratos a solicitar seriam os das contas 432 – Terrenos e Recursos Naturais, 433 – Equipamento Básico e 435 – Equipamento Administrativo. Após a análise dos extratos, selecionavam-se as aquisições e abates de maior valor, para substanciar, confirmando por exemplo, se a aquisição estava autorizada, se foi criada a ficha do bem, se a taxa de depreciação é a adequada, etc. Solicita-se também a lista atualizada de aquisições e abates e o Mapa Fiscal do AFT – Modelo 32²⁵ - ver anexo 9, de modo a certificar que a informação expressa nas Demonstrações Financeiras é fidedigna.

É verificada também a existência de seguros associados aos ativos, elaborando um mapa de trabalho, que possibilitava averiguar se a empresa adotava o princípio da especialização do exercício, no que diz respeito aos prémios de seguros (ver capítulo 4.4 – Acréscimos e Diferimentos).

²⁵ Divulgado na Portaria nº 94/2013, de 4/3, publicada no DR nº 44 – 1ª Série

Tabela 3 Asserções testadas

P - Plenitude; E - Existência; M- Mensuração e V- Valorização				
Descrição	P	E	M	V
Todos os ativos fixos tangíveis, os riscos e as recompensas da propriedade que ficam com a entidade, estão refletidos nas demonstrações financeiras consistentemente com os princípios de contabilidade geralmente aceites	✓			
Os ativos fixos tangíveis registados existem, os riscos e as recompensas da propriedade ficam com a entidade, e são detidos para uso na sua atividade		✓		
Os ativos fixos tangíveis estão registados pelo valor correto e nas contas apropriadas			✓	
Os ativos fixos tangíveis são reavaliados em bases apropriadas e são realizados ajustamentos em caso de diminuição permanente de valor; as depreciações são apropriadamente registadas				✓

Fonte: Elaboração própria

4.2 Clientes, Vendas e Prestação de serviços

Esta área é bastante distinta de empresa para empresa, dependendo sempre do setor de atividade.

As vendas e prestação de serviços são, na maioria dos casos, a maior fonte de receita, quer isto dizer, que a rubrica “dívidas a receber” vai ser sempre materialmente relevante, isto no caso em que a empresa venda a crédito (se vender a pronto pagamento, isto não se verifica).

Uma tarefa bastante importante realizada nesta área era o processo de circularização de terceiros, com o objetivo de confirmar os saldos apresentados nos balancetes.

O primeiro procedimento a fazer era determinar a data que se iria circularizar o cliente para solicitar os balancetes de terceiros. Por regra, a data de circularização era 31/12/2015 no entanto, algumas empresas eram circularizadas a 31/10/2015, porque encerravam as contas mais cedo ou porque se detinha mais confiança no controlo interno

da empresa. Era selecionada uma amostra de pelo menos 60% do total dos saldos de clientes.

Uma vez feita a seleção, era solicitado à empresa (sempre por email) que enviasse os nomes completos de cada cliente, as moradas e os extratos de conta corrente à data da circularização, por exemplo 31/12/2015. Nesse email, era também mencionado qual o Banco, a(s) seguradora(s) e o(s) advogado(s) selecionados e eram igualmente requeridas as moradas.

Uma vez recebidos os elementos solicitados, era tempo de recorrer ao programa de circularizações, que funcionava como a base de dados, para proceder à criação da ficha do cliente e de seguida se desse início à introdução dos dados, nomeadamente: nome, ano, morada, referência interna atribuída pela SROC, email, número de cliente, saldo de conta corrente, saldo de conta letras e outras responsabilidades.

O passo seguinte é a elaboração das cartas de clientes – “CC” – Anexo 10 e as cartas de confirmação de saldo – Anexo 11 e para a empresa (cliente da SROC), para que fossem devidamente impressas, carimbadas e assinadas pelos responsáveis e posteriormente devolvidas ao escritório, assinadas pelo ROC e fotocopiadas.

A carta de clientes e a carta de confirmação de saldo seguia para o terceiro acompanhada do extrato da conta e a fotocópia era arquivada, no dossier de circularizações, juntamente com o extrato.

As cartas de clientes são enviadas com saldo, uma vez que a empresa pode ter sobreavaliado a dívida do cliente. Esta situação é facilmente detetada com a resposta do mesmo, uma vez que o terceiro não vai concordar com um valor de dívida maior do que a realidade.

Após a receção das respostas, estas tinham de ser introduzidas no programa de circularizações, no módulo de controlo, como ilustra a imagem seguinte:

Figura 4 Programa de circularizações - introdução de respostas

Mapa Controlo

Introduza um valor ou misture com os vários campos:

Ficha Cliente

Cliente..... ABC, S.A. Ano..... 2015 Ref..... Circ. Clientes

Número.. Outros..... Localidade.

Consultar Limpar

Imprimir Sair

N1	Status	Nome	Total	Concord.	P. Reconciliar	Reconc.	Não Reconc.	Sem Resp.	PAN	PAS	PANS	Saldo Confir.	Diferença
1/2015	SR	Cliente 1	802 095,65					802 095,65	☐	☒	☐	802 095,65	0,00
2/2015	SR	Cliente 2	853 100,00					853 100,00	☐	☒	☐	853 100,00	0,00
3/2015	SR	Cliente 3	186 680,35					186 680,35	☐	☒	☐	186 680,35	0,00
4/2015	SR	Cliente 4	150 610,00					150 610,00	☐	☒	☐	150 610,00	0,00
5/2015	SR	Cliente 5	120 606,46					120 606,46	☐	☒	☐	120 606,46	0,00
6/2015	RC	Cliente 6	539 999,96	539 999,96					☐	☒	☐	539 999,96	0,00
7/2015	SR	Cliente 7	204 000,00					204 000,00	☐	☒	☐	204 000,00	0,00
*													
C. Corrente:			802 095,65	Garantias:	0,00	2 857 092,42	539 999,96					2 317 092,46	
Letras:			0,00	Adiantam:	0,00	6 924 593,07	18,90%					81,10%	
O. Resp.:			0,00	Cauções:	0,00	41,26%							0,00
Obs													

Registo: 1 de 7 Sem Filtro Procurar

Fonte: Elaboração própria

O preenchimento do quadro acima exposto, poderia ser feito com três designações, nomeadamente **Recebida concordante (RC)** – caso em que o terceiro tinha confirmado (com um visto e a assinatura do responsável) o saldo apresentado na carta enviada pela Sociedade; quando o terceiro não confirmava o saldo, era necessário proceder-se à reconciliação de saldos. Após a reconciliação, ou se assinalava no controlo do programa, **Recebido Reconciliado (RR)** – se não houvessem divergências, ou **Recebido Não Reconciliado (RNR)** – necessita de procedimento alternativo (PA). Nas situações em que não foram recebidas quaisquer respostas, indicava-se **Sem Resposta (SR)**.

Nas situações em que não era possível reconciliar ou quando não era obtida resposta e, para que este processo fosse terminado, eram solicitados extratos até à data, ou seja, desde 31/12/2015 (data de circularização) até, por exemplo, 15/02/2016 (data em que estes extratos foram solicitados) para a realização de PA. Após a sua realização, poderia ter-se um PA Satisfatório (quando se conseguia identificar quais as faturas que perfaziam o saldo indicado e também se este saldo – apresentado à data da circularização – já tinha ou não sido regularizado e de que forma) ou PA Não satisfatório quando não se conseguia chegar a nenhuma conclusão que justificasse o saldo apresentado. Na situação em que não se efetuava PA, teria de ser seleccionada a opção PAN – PA Não Realizado.

No final deste processo, as respostas seriam devidamente arquivadas no Dossier de Circularizações; era retirado um “Resumo de Clientes” e um “Mapa de controlo de clientes”, onde seria possível analisar cada tipo de respostas, com as respetivas percentagens.

Após a elaboração destes dois mapas, eram impressos e arquivados no início do dossier de circularizações e ainda, arquivados no dossier corrente, na respetiva área de trabalho.

Outra questão importante eram os mapas de antiguidade de saldos onde eram verificados os ajustamentos efetuados para clientes de cobrança duvidosa e perdas por imparidade, respeitando os limites legais do Código do IRC²⁶, segundo o critério fiscal. Em simultâneo, era questionado à empresa como era feito o tratamento contabilístico, tendo por base a NCRF 27 – Investimentos Financeiros. Posteriormente, fazia-se a comparação do critério fiscal com o critério da gestão para verificar se estava tudo em conformidade.

A par deste processo, era efetuado outro procedimento substantivo. Passava por requerer junto da entidade, o extrato da conta 71 – clientes, posteriormente era feita uma seleção aleatória (com o auxílio do *ActiveData*) – Anexo 12 e 13. Os documentos selecionados (faturas, notas de créditos, etc) eram vistas aquando da visita à empresa. Durante a visita era preenchido o papel de trabalho indicado pelo Anexo 14.

Como é possível visualizar nos anexos referidos, a ferramenta *ActiveData*, permite criar uma amostra através do processo aleatório *Monetary Unit Sampling* (MUS). Como Silva (2015:31) explica, esta é uma técnica que apesar de estar inserida na amostragem por variáveis (dado que está associada ao valor quantitativo) é tratada por alguns autores como atributo visto que o valor não é usado por si mas convertido no correspondente número de unidades individuais.

Como menciona Rittenberg, *et al.* (2010) citado por Almeida (2013:29) este processo aleatório, apresenta vantagens e desvantagens. Assim sendo, no que diz respeito

²⁶ De acordo com o referido no artigo 36º do CIRC.

às vantagens, e quando comparado com outras ferramentas estatísticas é de mais fácil utilização e caso o auditor estime zero distorções, e não encontre qualquer distorção, MUS resulta numa dimensão de amostra eficiente, já como desvantagem é de realçar que os saldos nulos ou contranatura devem constituir uma população à parte.

Tabela 4 Asserções testadas

P - Plenitude; E - Existência; M- Mensuração e V- Valorização				
Descrição	P	E	M	V
Os saldos de clientes registados representam todos os valores a receber pelo fornecimento de produtos ou serviços no período corrente e em períodos anteriores ainda não liquidados pelos clientes	✓			
Os saldos de clientes registados representam valores a receber pelo fornecimento, a terceiros, de bens ou serviços		✓		
As dívidas de clientes estão registadas pelo valor correto e nas contas apropriadas			✓	
Foram efectuados os ajustamentos adequados aos saldos de clientes relativamente aos quais não há expectativas razoáveis para a respectiva recuperação ou para alterações cambiais em saldos a receber em moeda estrangeira				✓

Fonte: elaboração própria

4.3 Caixa, Depósitos bancários e Outros Instrumentos Financeiros

Sendo esta área dos Meios Financeiros Líquidos, os papéis de trabalho aqui desenvolvidos, recaem sobre os depósitos bancários.

Para confirmar o saldo da conta 12 – Depósitos à Ordem, procede-se à sua análise, seleccionou-se um Banco, normalmente o que tem mais movimento. O processo de circularização de Bancos é semelhante ao que já foi descrito anteriormente (Clientes), com a particularidade, que esta carta é enviada à empresa, para ser assinada por quem

tem poderes para movimentar as contas, tem de ser impressa em papel timbrado. Esta carta é a única que não é assinada pelo ROC responsável – Anexo 15.

Além do processo de circularização de bancos, fazia-se outro processo, que era solicitar à empresa a “Base de Dados de contas” do Banco de Portugal, para que fosse confirmada a existência das contas abertas e se estas estão devidamente titularizadas e contabilizadas.

Além disso, eram solicitadas à entidade as reconciliações bancárias, mais concretamente, folha da reconciliação, extrato do banco e extrato da contabilidade, de todas as instituições bancárias, trimestralmente.

Seguidamente era confirmado se os valores presentes nas reconciliações, estavam corretos, de acordo com o que estava expresso nos extratos solicitados, tais como as somas aritméticas. Era realizado um levantamento, caso existissem, de valores pendentes com alguma antiguidade, mais concretamente, com 1 ano ou mais).

Por fim, procedia-se ao arquivo da referida informação, no Dossier Corrente, na secção K e fazia-se respetiva indexação. Supondo que é tida a seguinte decomposição:

Figura 5 - Indexação dos depósitos à ordem

12	DEPÓSITOS À ORDEM	2 141 880,34 €	2 298 838,73 €	10 190 935,85 €	8 305 861,53 €	1 885 074,32 €	- €
123	B.C.P.	1 321 436,50 €	1 205 146,36 €	2 359 811,29 €	1 952 391,64 €	407 419,65 €	✓ K.301 €
124	B.P.I.	92 390,00 €	313 127,21 €	1 686 452,50 €	1 505 012,14 €	181 440,36 €	✓ K.302 €
126	Novo Banco	379 212,86 €	759 669,87 €	4 021 062,70 €	3 497 582,25 €	523 480,45 €	✓ K.303 €
127	SANT.TOTTA.	58 512,92 €	1 241,96 €	1 235 961,02 €	1 065 230,93 €	170 730,09 €	✓ K.304 - €

Fonte: elaboração própria

A indexação passa por, na folha da reconciliação da CGD, colocar o código K.101, na reconciliação do Novo Banco K.102 e assim sucessivamente. No balancete escrevia-se também o código respeitante (para que se torna-se mais fácil a consulta) e se os valores coincidissem, colocava-se à frente um visto, como retrata a imagem.

Os códigos são iniciados por K.1... tendo em conta que se está a focar o mês de Dezembro, no caso de março a indexação começaria por K.4...; junho K.3... e setembro K.2... .

Outra das tarefas que se faz, é assistir à contagem do caixa. É pedido a folha onde está descrita a quantidade de moedas e notas e a folha dos registos das entradas e saídas diárias, com o objetivo de confirmar o valor que está no balancete. Este processo era efetuado duas vezes no ano.

Tabela 5 Asserções testadas

P - Plenitude; E - Existência; M- Mensuração e V- Valorização				
Descrição	P	E	M	V
Todos os meios financeiros líquidos estão refletidos nas demonstrações financeiras	✓			
Os meios financeiros líquidos contabilizados representam fundos de propriedade da entidade		✓		
Os depósitos bancários e valores em caixa estão registados pelo valor correto e nas contas apropriadas			✓	
Foram efetuados ajustamentos apropriados aos saldos dos meios financeiros líquidos em moeda estrangeira para acomodar as variações cambiais				✓

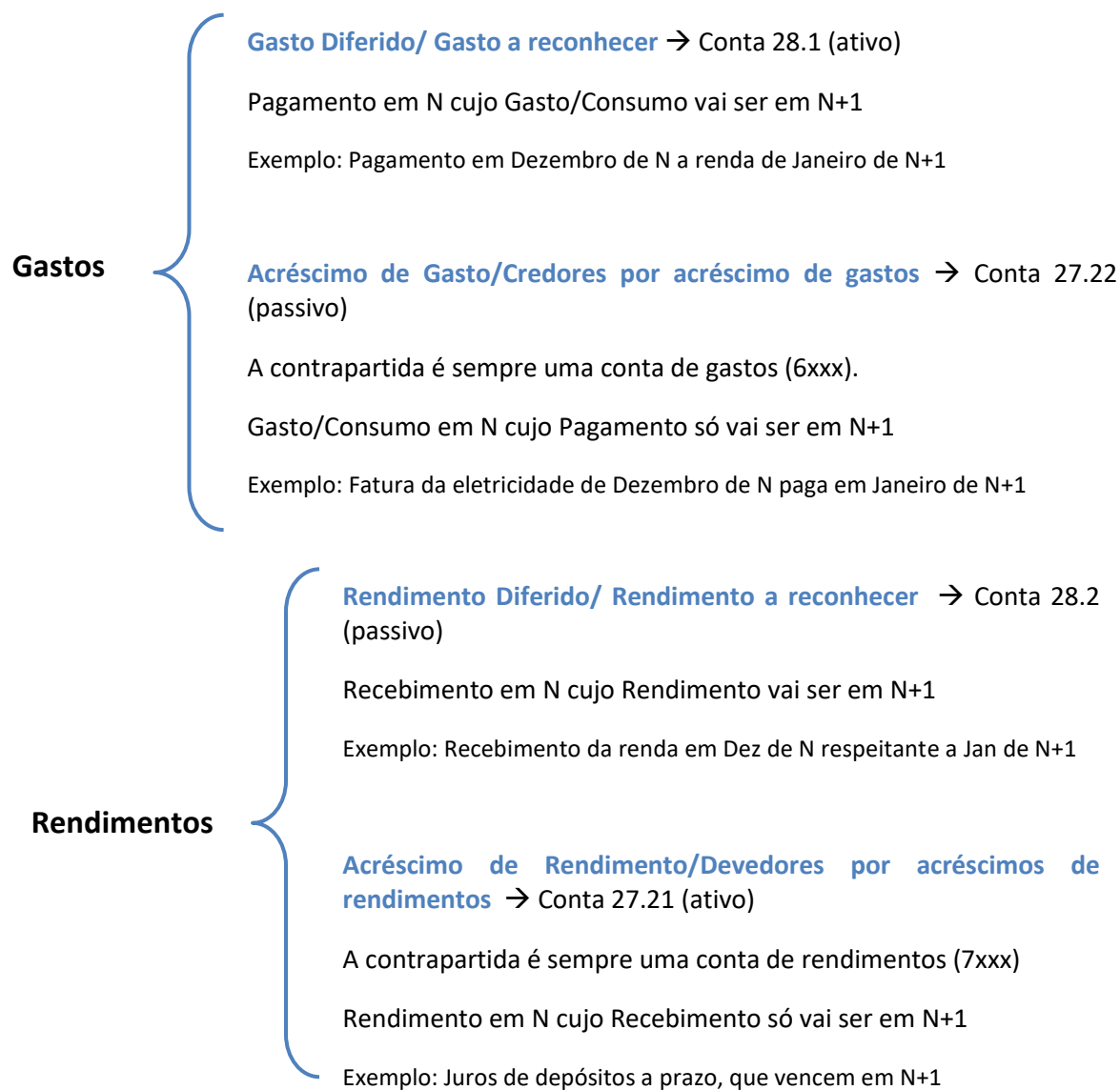
Fonte: elaboração própria

4.4 Acréscimos e diferimentos

De acordo com alínea b, do §10 da NCRF 21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, os **acréscimos** são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido recebidos ou fornecidos mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo quantias devidas a empregados (por exemplo, quantias relacionadas com pagamento acrescido de férias). Se bem que algumas vezes seja necessário estimar a quantia ou tempestividade de acréscimos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.

Os **diferimentos** são os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos nos períodos seguintes: 28 Diferimentos, 281 Gastos a reconhecer; 282 Rendimentos a reconhecer.

Tendo ou não sido ocorrido o seu recebimento ou pagamento, os rendimentos e os gastos apenas têm de ser reconhecidos quando obtidos ou incorridos. Contudo, só devem ser expostos nas Demonstrações de Resultados, única e exclusivamente os que digam respeito ao exercício.



Nesta área é testado se estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos são adequados, bem como cálculo dos juros dos empréstimos e seguros.

Só fazem parte desta áreas elementos que digam respeito a um ou mais períodos económicos subsequentes, N e N+1, por exemplo, a prestação de um seguro de 15/02/2015 a 15/03/2015 é tudo gasto do ano N, no entanto a prestação de 15/12/2015 a 15/01/2016, já tem 50% respeitantes a gasto do ano N e outros 50% de N+1.

Num primeiro momento, era verificado se se aplicava o regime do acréscimo, ou seja, se só eram registados os gastos/rendimentos incorridos no exercício e posteriormente, eram verificados os valores, correspondentes a N e a N+1. – Anexo 16

Tabela 6 Asserções testadas

P - Plenitude; E - Existência; M- Mensuração e V- Valorização				
Descrição	P	E	M	V
Verificar se os principais gastos e rendimentos decorrentes das operações e da atividade da Empresa foram devidamente quantificados, contabilizados e especializados.	✓	✓	✓	✓
Verificar a adequação dos conceitos utilizados na classificação das transações contabilizadas nestas contas.	✓		✓	
Verificar a consistência com o ano anterior na classificação e registo das diferentes rubricas	✓			

Fonte: elaboração própria

4.5 Fornecedores, Compras e Fornecimentos

Um dos processos realizado nesta área é a Confirmação Externa – processo já explicado anteriormente, na área dos Clientes, Vendas e Prestação de serviços.

O processo é exatamente igual, com a exceção de que a carta de fornecedores - Anexo 17 - e a carta de confirmação de saldo - Anexo 18 - não apresentam saldo e consequentemente a carta seguia sem extrato anexo, uma vez que o fornecedor é o responsável por indicar o valor em dívida. O tratamento das respostas, aquando da sua receção, é igual ao já referido anteriormente. Quando a resposta do fornecedor não era

coincidente com o que estava na contabilidade da empresa, era necessário fazer reconciliação. – Anexo 19

Além do referido, eram solicitados extratos das contas 31 (compras) e 62 (Fornecimentos e Serviços Externos - FSE), para que depois se obtivesse uma amostra aleatória. – Anexo 20 (seleção de faturas, neste caso em específico da conta 62).

Posteriormente, no momento da visita, era preenchido o papel de trabalho (como já referido na área dos Clientes.

A conta 62 (FSE) carecia de outros trabalhos especialmente em algumas subcontas como é o caso dos honorários (conta 6224), é necessário verificar se é realizada a Retenção na Fonte, por parte da empresa, no que diz respeito aos trabalhadores independentes. Para que a tarefa fosse bem executada, eram consultados o Decreto-Lei nº42/91 e o art 101º do Código do IRS²⁷.

Os combustíveis, com a exceção da gasolina, tinham a particularidade da dedução do IVA a 50% ou a 100%, conforme é referido no Código do IVA. Nas aquisições de gasóleo, de gases de petróleo liquefeitos (GPL), gás natural e biocombustíveis, a dedução é na proporção de 50 %; nos casos de veículos pesados de passageiros, veículos licenciados para transportes públicos, tratores para uso exclusivo na agricultura e veículos de transporte de mercadorias com mais de 3500 Kg, a dedução do IVA é a 100%. Cabia ao auditor conferir se estas regras estavam a ser cumpridas.

Para terminar nos Fornecimentos e Serviços Externos, era importante verificar a existência do regime do acréscimo, já anteriormente explicado no capítulo 4.4 – *Acréscimos e diferimentos*.

²⁷ Onde grande parte dos trabalhadores independentes está sujeita a retenção na fonte de 25% (outrora 21,5%) com a exceção dos trabalhadores independentes inferiores a 10.000 euros anuais, podem estar isentos de retenção na fonte.

Já a conta 31 (Compras), nos procedimentos substantivos de final de 4º trimestre, eram feitos outros procedimentos no caso dos *Incoterms*²⁸. Os *Incoterms* de uma maneira muito simples, regulam a atividade internacional e referem a partir de que momento - a responsabilidade, os custos e o seguro - da mercadoria passa a ser da empresa.

Mais concretamente, quando a empresa faz uma encomenda a um país terceiro²⁹ de uma mercadoria X, sob condição do *Incoterm EXW (Ex Works)*, no momento em que a mercadoria sai da fábrica, a responsabilidade, os custos e o seguro, são automaticamente transferidos para o comprador. Por exemplo, neste caso, no momento em que a mercadoria é colocada no cargueiro, se ocorrer uma falha e o contentor cair e danificar a mercadoria, o vendedor não tem qualquer encargo atribuído.

Se a encomenda tiver sido feita a 04 de novembro de 2015, demorando o transporte 3 meses, indica que no encerramento do ano, esta mercadoria ainda não está nas instalações da empresa. O que o auditor deve verificar, é se esta mercadoria está registada na 325 - “Mercadorias em trânsito” e não em 311 - “Compras - Mercadorias”, caso aconteça, esta rubrica pode estar sobreavaliada, porque efetivamente a empresa ainda não detém a mercadoria.

²⁸ Informação descrita em: <http://www.iccwbo.org/products-and-services/trade-facilitation/incoterms-2010/the-incoterms-rules/>

²⁹ Fora da União Europeia

Tabela 7 Asserções testadas

P - Plenitude; E - Existência; M- Mensuração e V- Valorização				
Descrição	P	E	M	V
Os saldos de fornecedores registados representam todos os valores a pagar pelo fornecimento de produtos ou serviços no período corrente e em períodos anteriores ainda não liquidados pela entidade	✓			
Os saldos de clientes registados representam valores a pagar da responsabilidade da entidade pelo fornecimento, por terceiros, de bens ou serviços		✓		
As dívidas a fornecedores estão registadas pelo valor correto e nas contas apropriadas			✓	
Foram efetuados os ajustamentos adequados aos saldos de fornecedores relativamente aos quais não há expectativas do respetivo pagamento ou para alterações cambiais em saldos a pagar em moeda estrangeira				✓

Fonte: elaboração própria

4.6 Gastos com o Pessoal

A conta que evidencia esta rubrica é 63 – Gastos com o Pessoal e onde são registadas todas as remunerações (fixas e periódicas) dos funcionários da empresa e do órgão de gestão; assim como os seguros relativos ao pessoal.

As remunerações estão sujeitas a contribuições, nomeadamente para a Segurança Social (que recai sobre o trabalhador e sobre a entidade) e a impostos, como é o caso do IRS (que recai sobre o trabalhador).

As empresas têm responsabilidades no que diz respeito a seguros obrigatórios, nomeadamente o seguro de acidentes de trabalho.

Nesta área, os principais procedimentos realizados, passavam por verificar o cálculo da base de incidência contributiva³⁰, a conformidade das taxas aplicadas

³⁰ Artigo 46º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, consultado em: <http://www.sg.min-saude.pt/NR/rdonlyres/E0A3D8AB-0543-4E9A-BFE0-6703B5EB88B/18530/0649006528.pdf>

respeitantes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)³¹ e à Segurança Social (S.S.)³², assim como as respetivas importâncias entregues ao Estado. Este teste era realizado todos os trimestres.

É solicitada à entidade uma listagem de pessoal à data, a partir da qual era feita uma seleção aleatória (utilizando tabelas aleatórias) de 10 trabalhadores (no caso em que a empresa detinha até 50 trabalhadores) ou 15 (no caso de a entidade deter mais de 50 funcionários).

Aquando a seleção, a SROC atribui um número sequencial a todos os funcionários da empresa e é esse número que entra na seleção, de modo a que no momento da mesma, o auditor não saiba quem está a seleccionar. Quando eram ordenados os números selecionados, seguia-se a transposição para os números de funcionários da entidade, como mostra a figura seguinte:

Figura 6 Seleção dos funcionários

ABC, S.A. 2015			
1º selecção aleatória dada			
Recibos de vencimento a:		setembro	
8	121	149	
159	60	23	
77	52	152	
22	113	140	
114	171	151	
Risco de amostragem		5%	
Erro esperado		0,5	
Erro tolerável		7%	
Amostra		15	
Nº Trabalhadores		200	
1º seleccion aleatoria dada			
55	34	13	
32	59	16	
46	8	24	
11	47	51	
38	6	12	



ABC, S.A. 2015			
1º selecção aleatória dada			
Recibos de vencimento a		setembro	
CC	N.º Func	Nome	Departamento
6	10	Funcionário 1	
8	16	Funcionário 2	
11	31	Funcionário 3	
12	32	Funcionário 4	
13	35	Funcionário 5	
16	50	Funcionário 6	
24	79	Funcionário 7	
32	80	Funcionário 8	
34	98	Funcionário 9	
38	144	Funcionário 10	
46	162	Funcionário 11	
47	170	Funcionário 12	
51	171	Funcionário 13	
55	185	Funcionário 14	
59	193	Funcionário 15	

Fonte: elaboração própria

³¹ Discriminadas no Despacho n.º 309-A/2015, de 12 de janeiro, consultado em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/nr/rdonlyres/eec1c13-dd2f-423d-affc-22d3618337bf/0/despacho_309_a_2015.pdf

³² Normalmente consultado em:

http://www.seg-social.pt/documents/10152/13311/Guia_taxas+Contributivas_set2015.pdf/d96972fb-a15b-4f57-80f8-d06a65b1535f

Posteriormente, era requerido o processamento das remunerações com a integração na contabilidade, a listagem dos funcionários selecionados onde tivesse discriminado o cadastro fiscal (nome; estado civil; nº de dependentes; deficiência) e taxa de segurança social aplicável (suportada pela entidade), o extrato da conta 63 do mês em questão e eram consultados os recibos de vencimento dos funcionários selecionados.³³

Na elaboração do papel de trabalho desta área, eram confirmados os limites de algumas rubricas, para efeitos de isenção de IRS e SS, nomeadamente:

- Subsídio de alimentação até: 4,27€/dia em dinheiro, ou até 6,83€/dia no caso de ser em vales de refeição;
- Abono por falha até 5% da remuneração mensal;
- Ajudas de custo:
 - Para Portugal: Diretores até 69,19€/dia e Outros 50,20€/dia;
 - Para o Estrangeiro: Diretores até 100,24€/dia e Outros 89,35€/dia;
- Pagamento de Km's, em viatura própria até 0,36€/Km³⁴;

O montante que excedesse os limites indicados, entrava para o cálculo da base de incidência, para tributação.

³³ A descrição que se segue, terá como mês de referência setembro.

³⁴ No caso das ajudas de custo e do pagamento de Km's, eram testados os valores mencionados nos recibos e nos respetivos mapas justificativos das deslocações.

Figura 7 Recibo de vencimento

RECIBO Nº 100105
Referente a **setembro**
30 de setembro de 2015
(Original)

ABC, S.A.
Coimbra
NIF: 599.999.999

Nome: Funcionário 1 **Nº** 10 **Categoria:** Serralheiro Mecânico
NIF: 211.111.111 **NISS:** 111.111.111.11

Abonos				Descontos		
Descrição	Quantidade	V. Unit	Total	Descrição	Taxa (%)	Valor
Remuneração base:			1.100 €	Imposto s/rendimento	24,70%	548,00 €
Subsídio de refeição (vales):	22	5,20 €	114,40 €	Segurança social	11,00%	244,19 €
Prémio de Produção:			794,87	Imposto s/rendimento	3,50%	32,00 €
Prémio de Assiduidade:			50 €			
Trabalho Suplementar (25%):			275 €			

Total Ilíquido: 2.334,27 €	Total descontos: 824,19 €	Total a receber: 1.510,08 €
-----------------------------------	----------------------------------	------------------------------------

Dados do funcionário

Estado Civil: Casado **Nº Dependentes:** 1 **Nº Titulares:** 2 **Reg. Seg. Soc.:** Geral

Extenso: Mil e quinhentos e quinze euros e cinquenta e oito centimos
Companhia de seguros: Generali

Recebi o valor líquido e um duplicado deste recibo


 (assinatura)

Processado por programa de computador.

Fonte: elaboração própria

Após a análise dos recibos de vencimento era elaborado um papel de trabalho, denominado “Teste ao Pessoal” – Anexo 21.

Era elaborado também um papel de trabalho, designado “NS4” – Anexo 22, que se tratava de um teste global aos encargos sobre remunerações, para verificar se a empresa cumpria com os descontos obrigatórios para a Segurança Social.

Este mapa poderia ser preenchido para o mês em análise, ou poderia ser realizado com valores acumulados, englobando vários meses. Os valores poderiam ser retirados do(s) balancete(s) ou recorrendo à folha a integração na contabilidade das remunerações (esta última opção tem a informação toda detalhada e no caso de haver diferentes taxas, é mais vantajosa). Era de fácil preenchimento, colocavam-se os valores respeitantes às remunerações, prémios, subsídios de férias e natal e, de uma forma geral todas as rubricas sujeitas a Segurança Social, divididos em órgãos sociais e restante pessoal.

Por fim, era feita a comparação entre o cálculo da SROC e o montante presente na conta 635 – Encargos sobre remunerações.

Era ainda utilizado a folha da comunicação de remunerações à Segurança Social, do mês em questão, (onde tinha expresso as remunerações e as respetivas taxas). Era bastante importante para o preenchimento do mapa, para averiguar se a contribuição estava a ser executada de forma correta, nomeadamente na situação de algum funcionário em regime de primeiro emprego (em que a empresa ficaria isenta de contribuições para a S.S. ou algum funcionário pensionista por invalidez ou velhice em atividade). Era ainda questionado ao auditado se confirmava as informações evidenciadas nos comprovativos acima mencionados.

Tabela 8 Asserções testadas

P - Plenitude; E - Existência; M- Mensuração e V- Valorização				
Descrição	P	E	M	V
Todos os gastos com pessoal estão refletidos na rubrica de gastos com pessoal	✓			
Os gastos com pessoal registados refletem gastos atuais de empregados atuais		✓		
Os gastos com pessoal estão registados pelo valor correto e nas contas apropriadas			✓	✓

Fonte: elaboração própria

4.7 Financiamento Obtidos

Nesta área incluem-se todos os financiamentos obtidos, presentes na conta 25, normalmente empréstimos bancários, locações financeiras e contas correntes caucionadas.

Os empréstimos obtidos, no que diz respeito à duração, podem ser de curto prazo ou de médio/longo prazo (MLP).

Nesta área de trabalho, o objetivo é averiguar se os saldos evidenciados são fidedignos, se os empréstimos apresentados foram contraídos pela empresa e por fim, se todos estão espelhados na contabilidade.

Por outra perspetiva, é elaborado papel de trabalho O.25 - Discriminação dos Empréstimos, onde foram decompostos todos os financiamentos de acordo com o tipo, nomeadamente, empréstimos bancários (curto e MLP), locações, contas caucionadas e outros financiamentos, como por exemplo, os suprimentos. Depois foram descritos os valores do ano corrente (N), do ano anterior (N-1) e gerada a variação anual por trimestre, de acordo com os valores presentes nos balancetes trimestrais, dos anos respetivos – Anexo 23.

A decomposição da conta 25 feita no papel de trabalho anteriormente referido era alvo de comparação com o Mapa de Responsabilidade de Crédito (MRC) do Banco de Portugal (BP), que espelha os financiamentos “ativos” da empresa (com a exceção dos suprimentos). Nesta fase, era averiguado se existia alguma diferença entre os montantes de financiamento constante na contabilidade da empresa e este mapa. Caso fossem detetadas diferenças, a situação deveria ser esclarecida junto da entidade, percebendo porque motivo a informação não era coincidente.

Caso existissem novos financiamentos, eram solicitadas à empresa a(s) cópia(s) do(s) contrato(s), que por sua vez, eram arquivadas no Dossier Permanente, mais concretamente no ponto 4, designado “Contratos de financiamento obtidos”.

Por fim, era verificado o cumprimento do princípio do acréscimo³⁵, mais concretamente, a especialização dos juros, onde era verificado se havia a necessidade de diferir o montante do juro ou contabiliza-lo como gasto do exercício. Também era feito o cruzamento dos dados presentes na resposta do Banco (no momento da circularização) com a informação presente nos contratos de financiamentos, de modo a validar a informação, mais concretamente a duração dos empréstimos.

³⁵ Ver capítulo 4.4 – Acréscimos e Diferimentos

Tabela 9 Asserções testadas

P - Plenitude; E - Existência; M- Mensuração e V- Valorização				
Descrição	P	E	M	V
Todos os valores a pagar de empréstimos obtidos (capital, amortizações, custos de emissão, prémios e descontos) estão incluídos nas DF's	✓			
Os empréstimos bancários registados representam os valores em dívida, de acordo com os contratos estabelecidos		✓		
O valor pelo qual as locações financeiras estão registadas está de acordo com o respetivo capital em dívida à data de fecho face os contratos estabelecidos		✓		✓
Foi efetuada uma adequada segregação entre passivo corrente e não corrente, tendo em consideração o período de vencimento das dívidas	✓			
As dívidas de empréstimos obtidos estão registadas pelo valor correto e nas contas apropriadas			✓	
Foram efetuados os ajustamentos necessários para que os valores contabilizados de empréstimos obtidos reflitam todos os acontecimentos que possam afetar a sua valorização incluindo os relativos a alterações cambiais em empréstimos em moeda estrangeira				✓

Fonte: elaboração própria

4.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nesta área, eram verificados os pagamentos especiais por conta (PEC) e os pagamentos por conta (PC) e eram analisados trimestralmente, os valores de IVA e Retenção na Fonte.

É também imprescindível verificar a Declaração de Não Dívida à A.T. e à S.S. .

Para auxiliar o processo, era igualmente solicitado à entidade o envio do extrato da conta 24 – Estado e outros entes públicos.

O procedimento era iniciado com o preenchimento do papel de trabalho “Q_PC+PEC”, que tinha como objetivo de calcular (de forma automática) os montantes a pagar dos PC e PEC. Eram necessários diversos dados da Modelo 22 do 2014. Após a

comparação do output da folha de trabalho e dos dados já recolhidos, eram verificados a correspondência dos montantes entregues e se tinham sido cumpridos nos prazos legais. – Anexo 24.

De seguida, era preenchido o papel de trabalho denominado “Estado vs Contabilidade”, onde eram analisados os valores comunicados à AT referentes a RF, ao IVA, os PC e PEC (já acima referido o processo) e a S.S., com o contabilizado – Anexo 25.

No que diz respeito ao IVA, o objetivo era verificar se os valores declarados correspondiam aos registos contabilísticos. Eram confrontados os valores da contabilidade e os valores presentes na declaração de IVA, conferindo a sua conformidade. No caso de ter imposto a entregar ao Estado, era verificado se o pagamento tinha sido efetuados nos prazos legais, tendo por base o comparativo de pagamento.

E por fim, no caso da Segurança Social, o objetivo era, tal como noutros casos, proceder à confirmação dos valores submetidos com valores da contabilidade, ver 4.6 – Gastos com o pessoal.

Conclusão

A auditoria tem a importante tarefa de reconhecer a credibilização da informação financeira das empresas junto dos mais diversos utilizadores e decisores, garantindo a transparência necessária, permitindo assim, uma tomada de decisão sustentada.

O objetivo de uma auditoria não é proporcionar uma segurança absoluta, uma vez que há sempre erros ou omissões - devido aos conceitos de materialidade e risco - mas sim, melhorar as características da informação financeira divulgada para que os diversos *stakeholders* as possam consultar e tomar as suas decisões de forma acertada.

Nos dias que decorrem, apesar da Sociedade ainda continuar a enquadrar nas suas expectativas a deteção de atos ilegais por parte de auditores, será difícil, senão impossível, planear uma auditoria de modo a que todas as irregularidades possam ser detetadas, uma vez que os custos de investigação seriam exorbitantes, como refere Almeida (2005:209).

Cada vez mais e, no contexto de crise que atualmente a economia atravessa, surgem comportamentos menos éticos que muitas vezes potenciam cenários de fraude. Surge assim a importante função dos ROC's, que fazem cumprir a sua profissão, de modo objetivo e independente. Estes comunicam, auxiliam e recomendam as melhores práticas que a empresa deve seguir.

É uma profissão exigente e tem três aspetos fundamentais, são eles a **constante atualização** – por exemplo a nível legal, o **relacionamento com o cliente** – em primeiro lugar para conseguir os clientes e de seguida, para conseguir perceber o negócio, os procedimentos executados e os processos, e por fim o **tempo** – uma vez que existem prazos a cumprir e existem “picos” de trabalho. É fundamental articular estes três aspetos.

A realização deste estágio foi uma experiência bastante exigente e enriquecedora. Permitiu aplicar, solidificar e desenvolver os conhecimentos aprendidos durante o período letivo. Foram também adquiridas competências relacionadas com o DRAI3-2010.

Durante o tempo de estágio as empresas visitadas foram as dos mais variados setores de atividade, sobretudo metalúrgica, alimentar, indústria vidreira, madeiras, entre outras, o que permitiu o contato em diferentes ambientes e o relacionamento com diversas pessoas, assim como o entendimento dos tratamentos contabilísticos adotados pelas empresas e o entendimento do processo de auditoria nas suas fases e sequência lógica.

O terminar desta etapa foi possível através da conjugação de esforço, persistência e adaptabilidade, que reverteu num crescimento tanto a nível profissional como pessoal.

Bibliografia

- Almeida, Bruno José Machado de (2005) – Auditoria e Sociedade, Diferenças de expectativas. 1ª Edição, Publisher Team – Lisboa. ISBN: 989-601-013-7.
- Almeida, Bruno José Machado de (2013) – Amostragem em Auditoria. Revista OROC nº60, janeiro/abril
- Almeida, Bruno José Machado de (2014) – Manual de Auditoria Financeira – Uma análise integrada no risco. 1ª Edição, Escolar Editora – Lisboa. ISBN: 978-972-592-427-3.
- Alves, Joaquim José dos Santos (2015) – Princípios e prática de auditoria e revisão de contas. 1ª Edição, Edições Sílabo – Lisboa. ISBN:978-972-618-821-6.
- Arens *et al* (2007) – Auditoría Un enfoque integral. 11ª Edição, Pearson Educación – México. ISBN: 978-970-26-0739-7.
- Barros, Carlos (2006) – Auditoria – Dependência entre o risco inerente e o risco de controlo. Revista OROC nº33 abril/junho.
- Campos, Pedro Dias - Regime jurídico e fiscal do agrupamento complementar de empresas (ACE) – artigo de conferência da OROC.
- Código das Sociedades Comerciais (CSC) - Decreto-Lei n.º 262/86, de 02/09, alterado pela Lei n.º 148/2015, de 09/09.
- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) - Decreto -Lei n.º 442 -B/88, de 30 de novembro, alterado pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro .
- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) - Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto- Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto.
- Costa, Carlos Baptista (2015) – Auditoria Financeira, teoria e prática. 10ª Edição, Rei dos Livros – Lisboa. ISBN 978-989-8305-64-0.
- Documentação interna da entidade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) - Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro alterada pelo Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro.
- Gomes, Emília (2014) – A importância do controlo interno para o Planeamento da Auditoria. Revista OROC nº64, janeiro – março.
- International Federation of Accountants – ISA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a008-2010-iaasb-handbook-isa-200.pdf>
- International Federation of Accountants – ISA 210 - Acordar os Termos de Trabalhos de Auditoria (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a009-2010-iaasb-handbook-isa-210.pdf>
- International Federation of Accountants – ISA 300 - Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a016-2010-iaasb-handbook-isa-300.pdf>
- International Federation of Accountants – ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção por Meio da Compreensão da Entidade e do Seu Ambiente (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a017-2010-iaasb-handbook-isa-315.pdf>
- International Federation of Accountants – ISA 320 - Materialidade no Planeamento e Execução de uma Auditoria (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a018-2010-iaasb-handbook-isa-320.pdf>
- International Federation of Accountants – ISA 450 - Avaliação de Distorções Identificadas Durante a Auditoria (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a021-2010-iaasb-handbook-isa-450.pdf>
- International Federation of Accountants – ISA 700 - Formar uma opinião e relatar sobre as Demonstrações Financeiras (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a036-2010-iaasb-handbook-isa-700.pdf>

- International Federation of Accountants – ISA 705 - Modificações à opinião no Relatório do Auditor Independente (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a037-2010-iaasb-handbook-isa-705.pdf>
- International Federation of Accountants – ISA 706 - Parágrafos de Ênfase de Matéria e Outros Parágrafos de Matéria no Relatório do Auditor Independente (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/downloads/a038-2010-iaasb-handbook-isa-706.pdf>
- Leitão, Juliane Madeira e Dantas, José Alves (v.19, nº1, 2016) - Materialidade em Auditoria Financeira no Setor Público: A Prática Internacional e a Opinião de Especialistas Brasileiros. Revista Contabilidade, Gestão e Governança.
- Marques de Almeida, José Joaquim (2000) – Auditoria previsional e estratégica. 1ª Edição, Vislis Editores - Viseu. ISBN: 972-52-0082-9.
- Messeir Jr, William F.; Martinov-Bennie, Nonna e Eilifsen, Aasmund (2005) – A review and integration of empirical research on Materiality: Two decades later. Auditing: A Journal of Practice and Theory.
- Moraes, Georgina; Martins, Isabel (2013) – Auditoria Interna – Função e Processo. 4ª Edição, Áreas Editora – Lisboa. ISBN: 978-989-8058-81-2.
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – DRA 510 – Prova de revisão/auditoria (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra510.pdf>
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – DRA 700 – Relatório de revisão/auditoria (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra700.pdf>
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – DRA 701 – Relatório do Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Anual (consultado em julho de 2016). Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/DRA701.pdf>

- Pedrosa, Isabel; Laureano, Raul M. S. e Costas, Carlos J. (2015) – Motivações dos auditores para o uso das Tecnologias de Informação na sua profissão: aplicação aos Revisores Oficiais de Contas. Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação.
- Rebocho, Sérgio Guerreiro (2005) – Auditoria - Avaliação do risco de controlo na mensuração de custos com pessoal. Revisto OROC nº 31, outubro/dezembro.
- Silva, Alexandre Gomes da (2015) – Técnicas Estatísticas em Auditoria. 1ª Edição, Escolar Editora, Lisboa. ISBN: 978-972-592-451-8.
- Taborda, Daniel Martins Geraldo (2015) – Auditoria – Revisão Legal das contas e outras funções do revisor oficial de contas. 2ª Edição, Edições Sílabo – Lisboa. ISBN: 978-972-618-807-0.

Anexos

Anexo 1 – Planeamento de Auditoria

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

MEMORANDO DE PLANEAMENTO DE AUDITORIA

Empresa ABC, S.A.

ANO: 2015

I. ATIVIDADE DO CLIENTE

1. ORGANIZAÇÃO
2. PROPRIEDADE
3. Enquadramento da actividade
- 3.1. Enquadramento macroeconómico
4. RECURSOS HUMANOS
5. INVESTIMENTOS
6. REVISÃO ANALÍTICA GLOBAL
- 6.1. PRINCIPAIS RÁCIOS

II. PLANO GERAL DA REVISÃO

1. CONDIÇÕES DE COMPROMISSO
2. Natureza e oportunidade do compromisso
3. Políticas Contabilísticas adoptadas pelo cliente e suas alterações
- 3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO
- 3.2. INVENTÁRIOS
- 3.3. Especialização dos exercícios
- 3.4. IMPOSTOS
- 3.5. Encargos financeiros com financiamentos obtidos
- 3.6. Principais pressupostos relativos ao futuro
- 3.7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- 3.8. ATIVOS INTANGÍVEIS
- 3.9. Clientes e outras contas a receber
- 3.10. Caixa e equivalentes de caixa
- 3.11. Fornecedores e outras dívidas a terceiros
- 3.12. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
- 3.13. CONTINGÊNCIAS
- 3.14. RÉDITO
- 3.15. LOCAÇÕES
4. Plano geral de abordagem geral
5. Acontecimentos significativos para a revisão
6. RISCO DE AUDITORIA
7. Grau de confiança no controlo interno
8. DISTORÇÃO TOLERÁVEL
9. Áreas significativas de auditoria
10. Planos de revisão, datas e horas
11. EQUIPA DE AUDITORIA

I. Atividade do cliente

1. Organização

A ABC, S.A. teve o seu foco direcionado para o fornecimento de soluções para a indústria dos moldes, recorrendo à melhor tecnologia, para prestar um serviço de excelência.

As empresas do grupo privilegiam o rigor e a qualidade, investindo em tecnologia, equipamento e formação dos seus colaboradores, que respondem com determinação, produtividade e inovação, dando forma à estratégia de diferenciação pela excelência do serviço prestado.

Estas certificações tem contribuído fortemente para a melhoria da empresa a todos os níveis, proporcionando uma filosofia de melhoria contínua da qualidade dos seus processos, produtos e serviços, do seu desempenho a nível ambiental e de segurança, concorrendo assim para um desenvolvimento sustentável nas várias áreas envolventes, cumprindo com todos os requisitos, e assumindo-se como uma empresa responsável no sentido de contribuir para um desenvolvimento sustentável.

A qualidade dos produtos fabricados e comercializados tem vindo a conquistar clientes cada vez mais exigentes, estimulando o desenvolvimento da ABC, S.A. e colocando a empresa numa posição de destaque na região e no sector.

É de referir ainda, que a ABC, S.A. para além de continuar a ser detentora do estatuto PME Líder foi também distinguida nos últimos anos com o Estatuto de PME Excelência, o que revela um importante reconhecimento da estratégia, competitividade e solidez, assim como, confere um certificado de qualidade na sua relação com o mercado.

2. Propriedade

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 918.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada.

3. Enquadramento da atividade

3.1. Enquadramento macroeconómico

Economia Mundial, seis anos após o Mundo ter emergido da recessão mais ampla e profunda do pós-guerra, o crescimento global foi novamente dececionante. A economia mundial manteve-se moderada (+3,1% de crescimento do PIB), devido a um crescimento mais lento nas economias emergentes, que caiu pelo quinto ano consecutivo (+4,0% para +4,6% em 2014) – embora ainda responsável por 70% do crescimento mundial – e as economias desenvolvidas registaram uma melhoria marginal (+1,9% para +1,8% em 2014).

Na Zona Euro, a situação económica melhorou consideravelmente, com uma aceleração do crescimento do PIB de +0,9% em 2014 para +1,6% em 2015, sustentada por níveis saudáveis de procura interna. Apesar de um euro mais fraco ter sido o fator favorável em relação às exportações da Zona Euro, o ambiente externo não o foi. Fatores contrários globais e a desaceleração em curso de muitas das principais economias emergentes levou a que as vendas no estrangeiro tenham caído no terceiro trimestre.

Por outro lado, a procura interna manteve-se bastante forte com o consumo privado a ganhar força devido à queda dos preços do petróleo, uma política monetária expansionista e uma melhoria gradual das condições do mercado de trabalho.

Nos Estados Unidos, o PIB cresceu 2,5%, com dados a sugerirem que a economia está agora significativamente mais robusta do que no ano passado, algo também confirmado pela decisão da Reserva Federal no final de 2015 em aumentar as taxas de juro pela primeira vez em quase uma década. O crescimento foi apoiado principalmente pelo consumo privado, que superou +3,0% pela primeira vez desde 2006, refletindo o fortalecimento do mercado de trabalho. Por outro lado, o investimento foi negativamente afetado pela queda dos preços do petróleo, dado o peso do setor petrolífero na economia. As exportações desaceleraram significativamente, refletindo o impacto da valorização do dólar.

A situação nos mercados emergentes foi diversificada e, em muitos casos, desafiante. O crescimento em muitos desses países foi penalizado por preços baixos da energia e pela desaceleração e reequilíbrio gradual da economia chinesa, passando do investimento e produção para o consumo e serviços. Algumas economias emergentes, incluindo o Brasil e a Rússia (os maiores mercados emergentes, depois da China), entraram em recessão em 2015.

Em Portugal, a recuperação foi ainda mais consolidada. O crescimento do PIB acelerou para +1,5% para um aumento de +0,9% em 2014. No entanto, o crescimento ficou aquém das expectativas, dados os fatores externos significativos, tais como o baixo preço do petróleo e a política de apoio monetário. O desempenho económico durante o primeiro semestre de 2015 foi forte, mas o crescimento foi dececionante no segundo semestre, dado que o investimento estagnou e as exportações abrandaram arrastados pela queda das vendas para Angola.

A procura interna continua a ser a principal força motriz, com o consumo privado (+2,7%) a liderar a recuperação e o investimento consolidando a sua tendência positiva (+3,7%). A despesa das famílias foi apoiada pela melhoria das condições do mercado de trabalho, pelo aumento sólido na confiança do consumidor e pelo acentuado declínio na poupança. Os consumidores continuaram a favorecer a aquisição de bens duradouros (+11,0%), em particular veículos, enquanto o consumo de alimentos e bebidas registou apenas uma modesta melhoria (+1,0%).

Perspetivas futuras

A economia mundial deverá acelerar moderadamente no próximo ano (+3,4%). No entanto, este crescimento deverá ser desigual entre países, com riscos acentuados nos mercados emergentes. Três transições importantes irão moldar o panorama: o reequilíbrio da economia chinesa, os preços mais baixos e um aperto gradual da política monetária dos EUA.

Na Zona Euro, o crescimento deverá acelerar ligeiramente (+1,7%), devido a um forte consumo privado apoiado pelo preço do petróleo mais baixo e melhores condições financeiras, compensando assim o enfraquecimento das exportações líquidas.

A economia Estados Unidos deve manter-se robusta, apoiada por condições financeiras facilitadoras e pelo reforço dos mercados de habitação e do trabalho. A valorização do dólar, que tem causado uma diminuição marginal no setor industrial, é um dos principais desafios.

As economias desenvolvidas vão ver uma recuperação modesta (+2,1%), enquanto os mercados emergentes vão enfraquecer um crescimento mais lento (+4,0%).

Nos mercados emergentes, o crescimento deverá aumentar ligeiramente, de +4,0% em 2015 – a menor taxa desde a crise financeira de 2008/2009 a +4,3% em 2016. No entanto, estes valores médios encobrem uma grande diversidade de situações.

A Índia e partes da Ásia emergente devem apresentar um crescimento forte, enquanto a América Latina continuará em recessão em 2016, refletindo a depressão no Brasil e o stress económico no resto da região (mesmo que a maioria dos outros países da região continuarem a crescer).

Os países emergentes da Europa deverão crescer a um ritmo constante, embora a uma taxa mais baixa, como consequência da recessão da Rússia. Um crescimento gradual é esperado na África Subsaariana, mas com taxas de crescimento mais baixas comparativamente com a última década.

Em Portugal, é esperado que o ritmo de crescimento económico permaneça moderado (+1,5% a +2,0%), muito devido a vulnerabilidades internas, tais como o elevado nível de dívida pública e privada, e o crescimento apático da economia europeia. O consumo privado continuará a ser o principal motor de crescimento (+1,9%), suportado pelo aumento do rendimento disponível das famílias, por meio de alguns benefícios fiscais, como o aumento da renda para os pensionistas e os aumentos salariais, enquanto a queda da taxa de desemprego será mais contida. O Orçamento de Estado para 2016 deverá impulsionar a economia, mas está a gerar algumas incertezas sobre as políticas económicas futuras e cumprimento dos compromissos europeus.

4. Recursos Humanos

Em 31 dezembro de 2015, o número de colaboradores da ABC, S.A. era de 200 revelando um acréscimo de 10 funcionários face ao período homólogo. Do total dos colaboradores, 25 são do sexo feminino (12,5%) e 20 são quadros superiores (10%). Nos últimos anos, o número de funcionários na ABC, S.A. registou uma subida, tendo em conta o crescimento assinalável da atividade da empresa. Em dezembro de 2014 a idade média dos funcionários era de 37,8 anos, sendo de destacar que 76% do total tinham menos de 45 anos.

Em matéria de gestão dos recursos humanos, a ABC, S.A. mantém-se empenhada em salvaguardar o cumprimento de todas as disposições legais, tendo como prioridade fundamental a formação profissional dos seus colaboradores, assim como, garantir as melhores condições ao nível da segurança e saúde no trabalho.

5. Investimentos

Uma das estratégias para o sucesso da empresa tem vindo a ser o investimento em novos equipamentos no sentido de reforçar e melhorar a unidade de produção com tecnologia muito avançada, permitindo assim reduzir o peso da mão-de-obra e da subcontratação, no custo dos moldes.

Neste sentido, foram realizados no ano 2015 investimentos em novos equipamentos, que rondam o montante global aproximado de 1.435.000€.

Assim, o investimento em AFT foi realizado da seguinte forma:

Equipamento básico (1.438.780,66€ e existiu um abate de 114.000€)

Equipamento administrativo (22.598,10€)

Outros ativos fixos tangíveis (87.810,90€)

6. Revisão Analítica Global

6.1. Principais rácios

Cliente: ABC, S.A.						IV.1		
Secção: Principais Rácios		Preparado por:				Ano		
		Data:				2015		
Taxa IVA: 23%		31-dez-15	30-set-15	30-jun-15	31-mar-15	31-dez-14	31-dez-13	31-dez-12
ormulas Rácios Financeiros								
Liquidez Geral / Current Ratio		2,57	1,34	1,24	1,35	2,80	1,47	1,43
Liquidez Reduzida / Acid Test		2,05	1,17	1,08	1,19	2,51	1,28	1,31
Liquidez Imediata / Cash Ratio		1,19	0,34	0,32	0,23	1,00	0,31	0,63
Cobertura do Investimento		2,68	1,40	1,31	1,37	2,33	1,63	1,57
Solvabilidade / Solvency Ratio		1,00	0,97	1,01	1,30	1,49	0,92	0,60
Autonomia Financeira		0,50	0,49	0,50	0,57	0,60	0,48	0,38
Capacidade de Endividamento		0,70	0,90	1,00	1,00	0,79	0,88	0,69
ormulas Rácios Económicos - Rendibilidade								
Margem Bruta das Vendas / Gross Margin Ratio		74,80%	74,53%	100,00%	100,00%	81,52%	80,77%	79,97%
Rendibilidade Operacional das Vendas e Prestações de Serviços		17,48%	29,23%	25,26%	(70,22%)	21,60%	17,63%	12,74%
Rendibilidade Líquida das Vendas e Prestações de Serviços		16,65%	29,43%	26,35%	(63,81%)	20,49%	15,26%	9,41%
ormulas Rácios Económico - Financeiros								
Rendibilidade dos Capitais Próprios / Return on Equity (ROE)		21,04%	27,09%	11,89%	(7,79%)	22,68%	22,50%	21,01%
Rendibilidade do Activo / Return on Assets (ROA)		10,28%	13,24%	5,74%	(4,84%)	13,41%	10,97%	8,18%
Rendibilidade do Investimento / Return on Investment (ROI)		11,27%	13,33%	5,98%	(4,40%)	14,50%	12,26%	10,45%
Rotação dos Capitais Totais		1,26	1,23	0,90	0,49	1,11	1,47	2,23
Rotação do Activo Não Corrente		2,39	1,56	1,20	0,87	2,84	2,62	2,93
Rotação do Activo Corrente		0,86	0,99	0,74	0,47	0,98	1,06	1,28
Rotação dos Capitais Próprios		1,26	1,23	0,90	0,49	1,10	1,47	2,23
Rotação dos Capitais Permanentes		0,88	1,10	0,90	0,49	0,87	1,29	1,55
ormulas Rácios de Gestão/Actividade								
Prazo Médio de Recebimentos (dias)		74	61	56	104	59	96	50
Prazo Médio de Pagamentos (dias)		84	92	86	99	65	102	60
Rotação Stock Matérias Primas e Subsidiárias		-	-	-	-	(60)	(29)	(78)
Duração Média Existências de Matérias Primas e Subsidiárias (dias)		-	-	-	-	(6)	(12)	(5)
"Rotação Stock Produtos Acabados"		5	4	3	0	10	13	32
"Duração Média de Existências Produtos Acabados (dias)"		67	48	63	94	38	27	11
Rotação Stock de Mercadorias		-	-	-	-	-	-	-
Duração média de Existências de Mercadorias (dias)		-	-	-	-	-	-	-
ormulas Meios Libertos e Efeitos Alavanca								
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amort.		2 470 760	1 532 646	670 725	(622 166)	2 932 893	2 110 674	1 685 863
MLBE - Meios Libertos Brutos de Exploração		2 501 160	1 532 646	670 725	(622 166)	3 154 969	2 102 576	1 685 863
MLL - Meios Libertos Líquidos		2 431 485	1 542 887	699 754	(565 378)	3 058 371	1 932 206	1 433 750
GEA - Efeito Económico de Alavanca		4,01	2,55	2,68	(1)	4	6	6
GFA - Efeito Financeiro de Alavanca		0,98	0,99	0,96	1,10	0,99	1,02	1,03
GCA - Efeito Combinado de Alavanca		3,93	2,53	2,56	(0,75)	3,58	5,59	5,72
ormulas Outros Rácios de Revisão Analítica								
Consistência das Amortizações de Activos Tangíveis		8,14%	-	-	-	9,62%	8,61%	7,95%
Consistência das Amortizações de Activos Intangíveis		-	-	-	-	-	6,31%	33,33%
Consistência das Devoluções de Vendas		0,16%	0,23%	0,46%	-	-	-	0,20%
Descontos Comerciais Concedidos		0,01%	0,02%	0,04%	0,11%	1,01%	0,09%	0,78%
Impacto dos FSE nas Vendas e Prestações de Serviços		23,76%	27,10%	36,34%	51,40%	23,86%	30,90%	30,52%
Imparidade de Clientes		26,78%	33,39%	44,74%	37,66%	28,98%	5,35%	10,61%
Consistência dos Encargos Sociais		20,06%	21,13%	21,17%	21,16%	19,92%	19,67%	19,90%
Outros Custos com o Pessoal		1,53%	1,78%	1,82%	1,77%	0,88%	1,71%	1,65%

II. Plano Geral da Revisão

1. Condições de compromisso

Em 2015 a Marques de Almeida, J.Nunes, V.Simões & Associados, SROC, S.A. foi nomeado por um mandato de quadriénio anos

2. Natureza e oportunidade do compromisso

Vai-se efetuar a revisão das Demonstrações Financeiras da ABC, S.A. para o ano que termina em 31.12.2015, de acordo com os procedimentos descritos no Programa de Revisão.

Os documentos a emitir são os seguintes (em 2 exemplares, dirigidos à Administração):

	DATA
Certificação Legal das Contas (CLC)	Até 15 de Março de 2016
Relatório e Parecer do Fiscal Único	Até 15 de Março de 2016
Relatório de auditoria	Até 15 de Março de 2016

3. Políticas Contabilísticas adotadas pelo cliente e suas alterações

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras da ABC, S.A. estão em conformidade com a Estrutura Conceptual do SNC ao abrigo do Aviso n.º15652/2009 de 7 de Setembro e com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e em concordância com o Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de Julho, em vigor à data de 1 de janeiro de 2010.

Em complemento, também foram adotadas as bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), assim como as Normas Interpretativas, que fazem parte integrante ao atual referencial contabilístico em vigor.

Sempre que se verifiquem lacunas na aplicação do SNC que impeçam a apresentação de informação verdadeira e apropriada, a empresa supera essas lacunas pelo recurso supletivo ao normativo internacional, pela ordem indicada:

1. Normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
2. Normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ABC, S.A., com o impacto adequado no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência da empresa e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir ligeiramente destas estimativas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações segundo o princípio do custo histórico.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos derivados encontram-se registados ao justo valor através de resultados.

3.2. Inventários

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das mercadorias incorporados, mão-de-obra e gastos gerais.

A ABC, S.A. utiliza o sistema de inventário permanente para o registo das existências, sendo de referir que em 31/08/2015 teve lugar a contagem física de todas as existências da empresa.

3.3. Especialização dos exercícios

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

3.4. Impostos

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis e outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A empresa encontra-se sujeita a Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 17% na parte da matéria coletável que não ultrapasse os 15.000€, e à taxa de 21% na parte excedente, acrescida da taxa da derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável³⁶.

3.5. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos relacionados com financiamentos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

3.6. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir das informações e registos contabilísticos da ABC, S.A.

3.7. Ativos fixos tangíveis

Os AFT adquiridos encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

³⁶ Publicado em Ofício Circulado nº 20186/2016 de 26-02-2016.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente.

As despesas de manutenção e reparação que não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Para os ativos fixos tangíveis mais significativos a empresa utilizou as seguintes vidas úteis:

Edifícios e outras construções: 25-50 anos

Equipamento básico: 3-7 anos

Equipamento de transporte: 4-8 anos

Equipamento administrativo: 3-10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 4-8 anos

3.8. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa media razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos intangíveis se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

3.9. Clientes e outras contas a receber

As contas de "clientes" e "outras contas a receber" não têm implícitos juros e são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo, diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "perdas de imparidades acumuladas", de modo a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As imparidades para dívidas de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação do risco estimado decorrentes das não cobranças das contas a receber e do tempo a que a dívida se encontra em mora. As perdas por imparidades são reconhecidas nas demonstrações de resultados.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.11. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.12. Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal do financiamento. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados. Os financiamentos bancários são classificados como:

- Passivos não correntes, cujo o vencimento ocorra no prazo superior a 12 meses após a data de relato;
- Passivos correntes, cujo o vencimento ocorra no prazo inferior a 12 meses após a data de relato;

3.13. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.14. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber inerentes à venda ou prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.15. Locações

A classificação das locações financeira ou operacional é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contrato de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeira contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas bem como as correspondentes depreciações são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitem.

As locações financeiras são classificadas como:

- Passivos não correntes, cujo vencimento ocorra no prazo superior a 12 meses após a data de relato;
- Passivos correntes, cujo vencimento ocorra no prazo inferior a 12 meses após a data de relato.

4. Plano geral de abordagem geral

Atualização do Arquivo Permanente e elaboração do Plano de abordagem.

Testes aos controlos dos sistemas de Rendimentos, Recebimentos, Compras, Pagamentos, Pessoal e Existências. Pretende-se com este trabalho determinar a profundidade dos trabalhos substantivos a efetuar com referência a 31 de Dezembro de 2015.

Testes substantivos às áreas de ativos fixos tangíveis e a terceiros, incluindo a circularização de Bancos, Advogado, Terceiros, Seguros, Sociedades de Leasing.

Após o fecho das contas com o objetivo de decompor e analisar os saldos à data de 31 de Dezembro de 2015, atendendo ao programa de revisão definido, a fim de se emitir a CLC e o RPROC.

Antes da emissão da CLC e do RPFU, discussão do relatório de auditoria e determinar se existem acontecimentos subsequentes que possam afetar as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 e que devem por isso ser evidenciados na CLC ou pelo cliente nas notas no anexo.

5. Acontecimentos significativos para a revisão

A revisão ao exercício de 2015, será efetuada no seguimento da do exercício anterior, continuando a haver especial incidência nas contas do balanço, nomeadamente no que concerne aos ativos fixos tangíveis, inventários, clientes e fornecedores. Relativamente aos gastos e aos rendimentos, os mesmos serão acompanhados de forma comparativa com o exercício anterior.

6. Risco de auditoria

Trata-se de uma empresa familiar, vamos correr um risco de auditoria baixo – médio (5%).

7. Grau de confiança no controlo interno

Trata-se de uma empresa de média dimensão, com certificação de qualidade. Tendo em atenção que se trata de uma auditoria recorrente, e que em auditorias anteriores a avaliação preliminar do controlo interno (risco de controlo - baixo), se veio a confirmar, para a auditoria ao exercício de 2015, consideramos que o risco de controlo é baixo.

Concretamente os testes aos controlos incidirão sobre:

Ativos Fixos Tangíveis	Verificar a existência de um ficheiro do ativo fixo tangível, e analisar a forma como se encontra organizado. Confirmar que ficheiro de imobilizado se encontra atualizado. Confirmar se existe um arquivo de aquisições de ativos fixos tangíveis, contendo toda a documentação relativa a tais aquisições.
Inventários, Ativos Biológicos, Produção e Custos	Confirmar que são feitas regularmente contagens físicas dos Inventários, ou, no caso de se tratar de Sistema de Inventário permanente, se são efetuados alguns testes por amostragem ao longo do ano. Verificar a atualização dos registos individuais dos bens em armazém, os quais devem ser corrigidas sempre que são efetuadas contagens. Verificar a forma como se encontram organizados aqueles registos.
Clientes, Vendas e Prestações de Serviços	Analisar sequência numérica dos diversos arquivos: Encomendas dos Clientes, Guias de Remessa, Faturas, Vendas a Dinheiro, Recibos, Notas de Crédito, etc., e concluir sobre a forma como os referidos arquivos se encontram organizados. Confirmar que os diferentes documentos emitidos pela Empresa são pré-numerados tipograficamente, através de consulta dos diferentes arquivos. Através de consulta do arquivo de faturas, verificar se em todas elas é indicado o nº da respetiva guia de remessa. Efetuar igualmente o teste inverso, isto é, partindo do arquivo de guias de remessa, e confirmando a inscrição do número da fatura. A partir do arquivo de Notas de Crédito emitidas, verificar se é inscrito o número da fatura a que diz respeito.
Fornecedores, Compras e Fornecimentos	Assegurar que as compras de valores significativos são desencadeadas com a elaboração de pedidos de encomenda devidamente autorizados. Verificar que todos os contratos de fornecimentos são suportados posteriormente por faturas após a sua satisfação. Verificar que todos os pagamentos estão suportados por recibos de quitação. Confirmar que existe uma adequada segregação de funções ao nível de quem encomenda, quem recebe as mercadorias e confere as faturas dos fornecedores, quem emite notas de débito a fornecedores, quem movimenta essas contas na contabilidade e quem prepara as reconciliações das contas correntes.
Estado e Outros Entes Públicos e Impostos	Indagar se a Empresa foi objeto de alguma fiscalização recente da Administração Fiscal. Caso tenha havido alguma fiscalização solicitar os

	relatórios da Administração Fiscal e confirmar o devido reflexo contabilístico.
Meios líquidos Financeiros	Verificar a periodicidade da elaboração de reconciliações bancárias; Verificar se quem efetua a revisão da reconciliação é diferente da pessoa que as preparou.

8. Distorção tolerável

A afetação da materialidade às rubricas do balanço tem como objetivo ajudar a decidir a quantidade e a qualidade da prova que o auditor necessita de obter. A afetação da materialidade foi efetuada apenas às rubricas do balanço, uma vez que a maioria das distorções no balanço tem igual implicação na demonstração de resultados.

A alocação da materialidade às rubricas do balanço é efetuada com base nos seguintes requisitos:

- 1º O valor da distorção tolerável a alocar às rubricas do balanço é o dobro da materialidade;
- 2º A alocação máxima a cada rubrica não pode exceder 75% da materialidade;

A alocação da materialidade às rubricas do balanço compreende os seguintes passos:

- 1º É efetuada uma primeira alocação tendo por base o peso que cada rubrica tem no balanço;
- 2º Não é alocada materialidade às rubricas que vamos testar a 100%, às rubricas cujos saldos não são materialmente relevantes e ao resultado líquido (uma vez que esta rubrica é influenciada por todas as rubricas);
- 3º É feita uma segunda alocação da materialidade, tendo apenas em atenção as rubricas cuja substanciação é feita através de amostragem;
- 4º Tendo em atenção o julgamento do auditor poderá haver reafectação da distorção tolerável de uma rubrica para outra rubrica, tendo em atenção os dois requisitos elencados anteriormente.

A alocação da materialidade às rubricas do balanço:

Cliente: ABC, S.A.	Preparado por:	Revisto por:	XI.13.5.
Secção: Balanços Comparativos			1/1
Comparação com Ano(s) Anterior(es)	S.D.		2015

Materialidade: 87.000 €

Erro Tolerável 174.000 € 2x materialidade

Alocação Máxima 130.500 €

ABC, S.A.	31-12-2014	Peso Total do Balanço	Erro Tolerável (1ª alocação)	Peso no total das rubricas alvo de amostragem	Erro Tolerável (2ª alocação)
<i>Valores expressos em Euros</i>					
ACTIVO					
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Activos Fixos Tangíveis	3.053.481	11,69%	20.336	27,05%	47.072
Propriedades de Investimento	0	0,00%	0		
Goodwill	0	0,00%	0		
Activos Intangíveis	0	0,00%	0		
Activos Biológicos	0	0,00%	0		
Clientes	0	0,00%	0		
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00%	0		
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial	1.151.617	4,41%	7.670		a)
Participações Financeiras - Outros Métodos	48.341	0,19%	322		a)
Estado e Outros Entes Públicos	0	0,00%	0		
Accionistas / Sócios	0	0,00%	0		
Outras Contas a Receber	0	0,00%	0		
Diferimentos	0	0,00%	0		
Outros Activos Financeiros	0	0,00%	0		
Activos por Impostos Diferidos	0	0,00%	0		
	4.253.439	16,28%	28.328	27,05%	
ACTIVO CORRENTE					
Inventários	913.114	3,50%	6.081	8,09%	14.076
Activos Biológicos	0	0,00%	0		
Clientes	1.681.151	6,43%	11.197	14,89%	25.916
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00%	0		
Estado e Outros Entes Públicos	608.855	2,33%	4.055		a)
Accionistas / Sócios	0	0,00%	0		
Outras Contas a Receber	920.725	3,52%	6.132	8,16%	14.194
Diferimentos	16.159	0,06%	108	0,14%	249
Activos Financeiros Devidos para Negociação	1.529.578	5,85%	10.187		a)
Outros Activos Financeiros	0	0,00%	0		a)
Activos Não Correntes Devidos para Venda	0	0,00%	0		
Caixa e Depósitos Bancários	3.139.858	12,02%	20.912		a)
	8.809.440	33,72%	58.672	31,28%	
TOTAL DO ACTIVO	13.062.879	50,00%	87.000	58,34%	

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL					
Capital Realizado	918.000	3,51%	6.114		a)
Ações (Quotas) Próprias	-440.000	-1,68%	-2.930		a)
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0	0,00%	0		a)
Prêmios de Emissão	0	0,00%	0		a)
Reservas Legais	200.000	0,77%	1.332		a)
Outras Reservas	3.045.908	11,66%	20.286		a)
Resultados Transitados	5.245	0,02%	35		a)
Ajustamentos de Activos Financeiros	817.021	3,13%	5.441		a)
Excedentes de Revalorização	286.470	1,10%	1.908		a)
Outras Variações no Capital Próprio	1.215.782	4,65%	8.097		a)
	6.048.426				
Resultado Líquido do Período	1.774.203	6,79%	11.816		b)
Dividendos Antecipados		0,00%	0		
Total do Capital Próprio	7.822.629	29,94%	52.099		0
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	0	0,00%	0	0,00%	
Fornecedores	0	0,00%	0	0,00%	
Adiantamentos de Clientes	0	0,00%	0	0,00%	
Estado e Outros Entes Públicos	0	0,00%	0	0,00%	
Accionistas / Sócios	0	0,00%	0	0,00%	
Financiamentos Obtidos	2.094.494	8,02%	13.950	18,56%	32.288
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	0	0,00%	0	0,00%	
Passivos por Impostos Diferidos	0	0,00%	0	0,00%	
Outras Contas a Pagar	0	0,00%	0	0,00%	
Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%	
Outros Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0,00%	
	2.094.494	8,02%	13.950	18,56%	
PASSIVO CORRENTE					
Provisões					
Fornecedores	764.559	2,93%	5.092	6,77%	11.786
Adiantamentos de Clientes	999.993	3,83%	6.660	8,86%	15.416
Estado e Outros Entes Públicos	120.336	0,46%	801		a)
Accionistas / Sócios	0	0,00%	0		
Financiamentos Obtidos	417.440	1,60%	2.780		a)
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	0	0,00%	0		
Outras Contas a Pagar	763.544	2,92%	5.085	6,76%	11.771
Diferimentos	79.884	0,31%	532	0,71%	1.231
Passivos Financeiros Devidos Para Negociação	0	0,00%	0		
Outros Passivos Financeiros	0	0,00%	0		
Passivos Não Correntes Devidos para Venda	0	0,00%	0		
	3.145.756			23,11%	
Total do Passivo	5.240.250	20,06%	34.901	41,66%	
Total do Capital Próprio e do Passivo	13.062.879	100,00%	174.000	100,00%	174.000
	OK	OK	OK	OK	OK

a) optamos por analisar toda a conta

b) influenciada por todas as rubricas

9. Áreas significativas de auditoria

A revisão ao exercício de 2015, deverá ter especial atenção às seguintes áreas:

Ativos fixos tangíveis

Teste às aquisições, alienações, cálculo das depreciações e correcta contabilização das locações.

Contabilização de impostos diferidos decorrentes da reavaliação técnica.

Cientes, Vendas e Prestações de Serviços:

A empresa opera num mercado concorrencial, onde habitualmente os prazos médios de recebimentos são muito dilatados.

Verificar, qual o impacto nos resultados resultantes da aplicação na NCRF 19.

Confirmação das asserções da existência e da ocorrência.

Acréscimos e Diferimentos:

Verificar, qual o impacto nos resultados resultantes da aplicação na NCRF 19

Verificar a estimativa para imposto sobre o rendimento.

Verificar a estimativa de férias e subsídio de férias.

Verificar a especialização dos gastos e dos rendimentos relacionados com financiamentos

Estado e Pessoal

Correcta aplicação das taxas de retenção na fonte e das taxas de segurança social.

Preenchimento da Modelo 22.

Estimativa de imposto.

Entrega das importâncias retidas no cofre do estado.

Capital Próprio

Aplicação dos resultados do exercício anterior conforme deliberação da AG.

Fornecedores, FSE's e Compras

Testes substantivos às mais importantes rubricas de FSE's

Confirmação das asserções da existência e da ocorrência.

10. Planos de revisão, datas e horas

Fases	Datas	Trabalho a desenvolver	Horas Estimadas
1º Visita Interina	Maio	Atualização do dossier permanente; Revisão analítica; Testes aos controlos das seguintes áreas: Clientes, Fornecedores Testes substantivos: AFT, Compras, Vendas e principais rubricas de rendimentos e gastos	12
2ª Visita Interina	Agosto	Teste às contagens Testar quais os procedimentos instituídos pela empresa em relação à contagem de inventários. Assistir à contagem de inventários	8
3ª Visita Interina	Setembro	Revisão analítica; Testes aos controlos das seguintes áreas: Clientes e Fornecedores Testes substantivos: AFT, Compras, Vendas e principais rubricas de rendimentos e gastos	8
4ª Visita Interina	dezembro	Revisão analítica; Testes aos controlos das seguintes áreas: Caixa, Clientes e Fornecedores Testes substantivos: AFT, Clientes, Caixa, Fornecedores, Pessoal e principais rubricas de rendimentos e gastos	8
Preparação da circularização e envio das cartas	Fevereiro	Circularizar as instituições financeiras Circularizar os principais credores e devedores Circularizar os advogados	7
Trabalho de campo final	Fevereiro/Março	Efetuar os últimos testes aos controlos e os testes substantivos Teste às operações de fim de exercício Teste à valorização dos inventários e ao corte às entradas e às saídas	21

		Teste às estimativas Teste à especialização do exercício Teste à valorização Analisar todas as áreas significativas	
Revisão do trabalho	Março	Rever os papéis de trabalho e se estes suportam as conclusões retiradas	4
Reunião final	Março	Reunião com o órgão de gestão Apresentação das conclusões e do relatório de auditoria em versão DRAFT Obtenção da DOG	3
Emissão dos relatórios	Março	Emissão da CLC Emissão do RPFU Emissão do RA	1
TOTAL DE HORAS			57

11. Equipa de auditoria

Revisor Oficial de Contas:	Dr. Bruno Almeida
Responsáveis pelo trabalho de campo:	Filipa Silva Rosa Costa
Auditora estagiária:	Sílvia Dinis

Anexo 2 – Declaração de aceitação



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

DECLARAÇÃO

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A. com sede na Rua Batalha Reis, n.º 81 – 6300-668 Guarda, representada por José Joaquim Marques de Almeida, casado, residente em Coimbra, na Rua xxxxxxxxxx, n.º x, 3000-xxx Coimbra, Revisor Oficial de Contas n.º 571, contribuinte n.º xxx xxx xxx declara aceitar expressamente a designação para o cargo de membro efectivo de Fiscal Único da empresa "ABC, S.A.", com sede em Rua de Coimbra, Coimbra, 3000-300, pessoa coletiva n.º 599 999 999, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra, sob o mesmo número, para o quadriénio de 2015-2018, para o qual foi designado em Assembleia Geral de 19 de março de 2015.

Coimbra, 19 de março de 2015

José Joaquim Marques de Almeida
(Cartão de Cidadão n.º xxxxxxxx)
(ROC n.º 571)
Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Anexo 3 – Dossier Corrente

Cliente: ABC, S.A.	ANO: 2015
Secção: Índice do Dossier de Revisão / Auditoria	

- I - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
- II - ASSUNTOS À ATENÇÃO DO RESPONSÁVEL DO TRABALHO
- III - CORRESPONDÊNCIA
- IV - INDICADORES DE GESTÃO MAIS SIGNIFICATIVOS
- V - RESUMO DE RECLASSIFICAÇÕES E AJUSTAMENTOS
- VI - REVISÃO DO TRABALHO DE REVISÃO/AUDITORIA
- VII - ASSUNTOS A TRATAR EM PRÓXIMA VISITA
- VIII - MEMORANDOS, RELATÓRIOS E CARTAS DE RECOMENDAÇÕES
- IX - DECLARAÇÃO DO ORGÃO DE GESTÃO
- X - LIVROS DAS SOCIEDADES
- XI - PLANIFICAÇÃO DA REVISÃO/AUDITORIA
- XII - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
- XIII - EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO
- XIV - ACEITAÇÃO DO TRABALHO

- A. Goodwill e Outros Activos Intangíveis
- B. Activos Fixos Tangíveis (inclui recursos minerais)
- C. Propriedade de Investimento
- D. Inventários, Activo Biologicos, Produção e Custos
- E. Clientes, vendas e prestações de serviços
- F. Outros Contas a Receber e a Pagar
- G. Accionistas (sócios) e Outras Partes Relacionadas
- H. Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unid. Op. Descontinuadas
- I. Investimentos Financeiros
- J. Instrumentos Financeiros Mensurados ao Justo Valor
- K. Caixa, Depósitos Bancários e Outros Equivalentes de Caixa
- L. Diferimentos, Impostos Diferidos e Contratos de Construção
- M. Fornecedores, Compras e Fornecimentos
- N. Pessoal e Benefícios dos Empregados
- O. Financiamentos Obtidos
- P. Provisões e Matérias Ambientais
- Q. Estado e Outros Entes Públicos e Impostos
- S. Capital próprio
- V. Gastos e Perdas, Rendimentos e Gastos, Resultados
- Z. Responsabilidades, Contingências, Continuidade e Controlo do Trabalho de Campo

Anexo 4 – Dossier Permanente

CLIENTE :		ABC, S.A.				
SECÇÃO: Dossier Permanente - Índice						
		2015	2016	2017	2018	2019
ÍNDICE GERAL						
1. ACEITAÇÃO DO TRABALHO						
2. CARACTERIZAÇÃO DO CLIENTE E DO NEGÓCIO						
3. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO						
4. INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E OUTROS ELEMENTOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS/AUDITORIA						
5. LEVANTAMENTO DE PROCEDIMENTOS/CONTROLO INTERNO						
6. INFORMAÇÃO ESTATUTÁRIA						
7. RELATÓRIOS E OUTRA DOCUMENTAÇÃO DE REVISÃO/AUDITORIA						
8. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS						
9. OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PARAFISCAIS						
10. PAPÉIS DE TRABALHO DESACTUALIZADOS						

Anexo 5 – DRAI3-2010

CONTROLO - Microsoft Excel

Ficheiro DRAI3 Cliente * Sair *
 DRAI3 Dossier de Auditoria *
 Acerca Dossier Corrente >
 Dossier Permanente >
 Dossier de Circulização >

DRAI3
 Dossier de Revisão / Auditoria Informatizado
 Versão 2010 3.0 - OUT2011

MÓDULO DE CONTROLO E INTEGRAÇÃO

Cliente Activo:

Licenciado a: Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

Software Desenvolvido pela **BDO**
 Todos os direitos reservados © 1996-2010

Anexo 6 – Programa de circularizações



Anexo 7 – Inserção de balancetes no DRAI3-2010

BALANC3 - Microsoft Excel

Ficheiro

DRAI

Consultar

30 Sep 1

30 Jun 1

31 Mar 1

115%

Comandos de Menu

Barra de Ferramentas Personalizadas

Dados do Trabalho Intercalar

3º Trimestre 2º Trimestre 1º Trimestre

30 Sep 1 30 Jun 1 31 Mar 1

Fixar Colunas

Todos Todos

CLIENTE: ABC, S.A.

Importação: 14/04/2016

Data fecho: dez-2015

Preparado por: Data:

Importação: 03-12-2015

Data fecho: dez-2015

Preparado por: Data:

Importação: 03-12-2015

Data fecho: dez-2015

Preparado por: Data:

Importação: 03-12-2015

Data fecho: dez-2015

Preparado por: Data:

Código	Conta	31-dez-15		30-set-15		30-jun-15		31-mar-15	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos
11	Caixa	3 000		3 000		3 000		3 000	
12	Depósitos à Ordem	1 016 189		1 857 526		668 068		655 245	
13	Outros Depósitos Bancários		0		0		0		0
13	Outros Depósitos Bancários - Equivalentes de Caixa								
13	Outros Depósitos Bancários - Corrente								
13	Outros Depósitos Bancários - Não Corrente								
14	Outros Instrumentos Financeiros		0		0		0		0
141	Derivados		0		0		0		0
1411	Potencialmente Favoráveis								
1412	Potencialmente Desfavoráveis								
142	Instrumentos Financeiros Detidos para Negociação		0		0		0		0
1421	Activos Financeiros								
1422	Passivos Financeiros								
143	Outros Activos e Passivos Financeiros (justo valor através resultados)		0		0		0		0
1431	Outros Activos Financeiros - Equivalentes de Caixa								
1431	Outros Activos Financeiros - Corrente								
1431	Outros Activos Financeiros - Não Corrente								
1432	Outros Passivos Financeiros - Corrente								
1432	Outros Passivos Financeiros - Não Corrente								
21	Clientes - Não Corrente		0		0		0		0
211	Clientes c/c - Não Corrente		0		0		0		0
2111	Clientes gerais - Não Corrente								
2112	Clientes - Empresa-mãe - Não Corrente								
2113	Clientes - Empresas Subsidiárias - Não Corrente								
2114	Clientes - Empresas Associadas - Não Corrente								
2115	Clientes - Empreendimentos Conjuntos - Não Corrente								
2116	Clientes - Outras Partes Relacionadas - Não Corrente								
212	Clientes - Títulos a Receber - Não Corrente		0		0		0		0
2121	Clientes gerais - Não Corrente								
2122	Clientes - Empresa-mãe - Não Corrente								
2123	Clientes - Empresas Subsidiárias - Não Corrente								
2124	Clientes - Empresas Associadas - Não Corrente								
2125	Clientes - Empreendimentos Conjuntos - Não Corrente								

Relatório de Estágio na empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

Anexo 8 – Evolução do AFT

CLIENTE

ABC, S.A.

ANO: 2015

BS4

SECCÃO

Mapa de Evolução do Activo Fixo Tangível

Preparado por: S.D.

Data: 02/09/2014

Revisto por

Data:

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ N-1	AQUISIÇÕES	ABATES	+/-	1º Trimestre	AQUISIÇÕES	ABATES	+/-	2º Trimestre	AQUISIÇÕES	ABATES	+/-	3º Trimestre	AQUISIÇÕES	ABATES	+/-	31 DEZ N
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS																	
1	Terrenos e Recursos Naturais	278.160,00			0,00	278.160,00			0,00	278.160,00			0,00	278.160,00			0,00	278.160,00
2	Edifícios e Outras Construções	1.376.613,97			0,00	1.376.613,97			0,00	1.376.613,97			0,00	1.376.613,97			0,00	1.376.613,97
3	Equipamento Básico	8.037.072,89	1.140.000,00	114.000,00	1.026.000,00	9.063.072,89	270.000,00		270.000,00	9.333.072,89	28.780,66		28.780,66	9.361.853,55			0,00	9.361.853,55
4	Equipamento Transporte	220.847,67			0,00	220.847,67			0,00	220.847,67			0,00	220.847,67			0,00	220.847,67
5	Equipamento Administrativo	648.845,55	8.027,35		8.027,35	656.872,90	4.363,67		4.363,67	661.236,57	4.869,19		4.869,19	666.105,76	5.337,89		5.337,89	671.443,65
6	Equipamentos Biológicos	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
7	Outros Activos Fixos Tangíveis	477.794,56			0,00	477.794,56			erro	562.794,56			0,00	562.794,56	2.810,90		2.810,90	565.605,46
		11.039.334,64	1.148.027,35	114.000,00	1.034.027,35		0,00		274.363,67	12.432.725,66			33.649,85				8.148,79	12.474.524,30
453	INVESTIMENTOS EM CURSO	0,00			0,00				0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
	TOTAL TANGÍVEIS	11.039.334,64	1.148.027,35	114.000,00	1.034.027,35	0,00	0,00	0,00	274.363,67	12.432.725,66	0,00	0,00	33.649,85	0,00	0,00	0,00	8.148,79	12.474.524,30
438	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS														64			
1	Terrenos e Recursos Naturais	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
2	Edifícios e Outras Construções	677.466,64			0,00	677.466,64			0,00	677.466,64			0,00	677.466,64	37.495,19		37.495,19	714.961,83
3	Equipamento Básico	6.270.387,91			0,00	6.270.387,91			0,00	6.270.387,91			0,00	6.270.387,91	751.290,57		751.290,57	7.021.678,48
4	Equipamento Transporte	165.490,66			0,00	165.490,66			0,00	165.490,66			0,00	165.490,66	24.319,01		24.319,01	189.809,67
5	Equipamento Administrativo	499.987,37			0,00	499.987,37			0,00	499.987,37			0,00	499.987,37	76.407,39		76.407,39	576.394,76
6	Equipamentos Biológicos	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
7	Outros Activos Fixos Tangíveis	372.521,30			0,00	372.521,30			0,00	372.521,30			0,00	372.521,30	125.959,79		125.959,79	498.481,09
	TOTAL AMORTIZAÇÕES	7.985.853,88	0,00	0,00	0,00	7.985.853,88	0,00	0,00	0,00	7.985.853,88	0,00	0,00	0,00	7.985.853,88	1.015.471,95	0,00	1.015.471,95	9.001.325,83
439	IMPARIDADES ACUMULADAS																	
1	Terrenos e Recursos Naturais	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
2	Edifícios e Outras Construções	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
3	Equipamento Básico	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
4	Equipamento de Transporte	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
5	Equipamento administrativo	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
6	Equipamentos biológicos	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
7	Outros activos fixos tangíveis	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
459	Investimentos em curso	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00
	TOTAL IMPARIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	NET	3.053.480,76	1.148.027,35	114.000,00	1.034.027,35	-7.985.853,88	0,00	0,00	274.363,67	4.446.871,78	0,00	0,00	33.649,85	-7.985.853,88	-1.015.471,95	0,00	-1.007.323,16	3.473.198,47

Montante substanciado	1 194 654			
% Substanciada	82%			
Depreciações do exercício face ao imobilizado bruto				
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2015	0%	#DIV/0!	#DIV/0!	8%
2014				9%
Depreciações acumuladas face ao imobilizado bruto				
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2015	0%	0%	0%	72%
2014				72%

IMOBILIZADO		AMORTIZAÇÕES/IMPARIDADES	
Aumentos globais / Abates		Aumentos globais / Regular.	
431	0,00	2	37.495,19
432	0,00	3	751.290,57
433	1.438.780,66	4	24.319,01
434	0,00	5	76.407,39
435	22.598,10	6	0,00
436	0,00	7	125.959,79
437	2.810,90		0,00
453	0,00		0,00
		1 015 472	0

Total s/AFT em curso 1.464.189,66 114.000,00
Total c/AFT em curso 1.464.189,66 114.000,00

Data

Data

xxiv

Anexo 10 – Carta Circularizações Clientes



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

Nº Referência: CC - ABC, S.A. - 1/2015

Data: 01-03-2016

Morada CC 1

Assunto: Certificação Legal das Contas

NIF: 599.999.999

ABC, S.A.

Exmo(s). Senhor(es),

Estando a nossa sociedade, dentro dos procedimentos inerentes à Certificação Legal das Contas, a efetuar análise da entidade acima citada, nos termos do n.º 3 do art. 52º da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, agradecemos que se dignassem dar resposta, às seguintes questões:

A. Vimos solicitar V. Ex.as. o favor de confirmarem as seguintes informações, relativas à data de 31 de dezembro de 2015.

1. Saldo a favor da empresa em epígrafe, assim discriminado

Conta Corrente:	EUR.	802 095,65 €
Letras a receber:	EUR.	0,00 €
Outras responsabilidades:	EUR.	0,00 €
Garantias:	EUR.	0,00 €
Adiantamentos:	EUR.	0,00 €
Cauções:	EUR.	0,00 €

B. Junto enviamos uma fotocópia do extracto da conta da vossa empresa.

C. Assim, solicitamos o preenchimento do impresso de confirmação em anexo a esta carta, e o envio do respectivo extracto conta corrente da vossa conta.

Pedimos o favor de responderem directamente para:

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC

Av. Fernão Magalhães, nº 619 - Sala 101
3000-178 Coimbra

Antecipadamente, gratos pela vossa colaboração, subscrevemo-nos,

Autorizamos o fornecimento das informações pedidas nesta carta
(Carimbo e assinaturas)

Atenciosamente,
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Joaquim Marques de Almeida

Delegação de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, nº81, 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3500 - 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: jpaonunes.roc@mail.telepac.pt

Anexo 11 – Carta de Confirmação de Saldos Clientes



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

ABC, S.A.

N/ Referência: CC - ABC, S.A. - 1/2015

1. Conforme nos foi solicitado, confirmamos que, de acordo com os nossos registos, os saldos a favor da firma acima indicada em 31 de dezembro de 2015 eram os seguintes:

Conta Corrente:	EUR.	802 095,65 €
Letras a receber:	EUR.	0,00 €
Outras responsabilidades:	EUR.	0,00 €
Garantias:	EUR.	0,00 €
Adiantamentos:	EUR.	0,00 €
Cauções:	EUR.	0,00 €

2. Não concordamos com os valores discriminados, pelo seguinte:

Carimbo:

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Delegação de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, nº81, 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: varoc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3500 – 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

Anexo 14 – Substanciação das contas 31, 62 e 71

CLIENTE **ABC, S.A.**SECÇÃO **Compras, Fornecimentos Externos, Outros e Vendas**ANO **2015**

Preparado por: S.D.

Data _____

Revisto por _____ Data _____

Documento Interno				Descrição	REF.ª	Valor			Factura		Cliente / Fornecedor	Suporte documental	Classificação Contabilização	Pagamento / Recolimento	Especialização	IVA / IRS	Autorização
Data	Diário	Nº lançamento	Notas			S/ IVA	IVA	TOTAL	Nº	Data							
31-jul-15	B.E.S.	7000092	2	pó - UK	623123	3 249,89 €	0,00	3 249,89	V/Fatura nº35110	21-out-15	Fornecedor 3	s	s	na	na	na	s
31-jul-15	B.E.S.	7000112		Total da prestação (juros + imposto selo sobre juros) de 31/03/2015	69111	3 082,30 €	0,00	3 082,30	Tf.Banc. nº 310715	30-set-15	Novo Banco	s	s	na	na	na	s
31-ago-15	B.E.S.	8 000 087		Pagamento da prestação financiamento	69111	3 183,70 €	0,00	3 183,70	Tf.Banc. nº 170815	11-ago-15	Novo Banco	s	s	na	na	na	s
30-set-15	B.E.S.	9000073		Total da prestação (juros + imposto selo sobre juros) - total das transacções	69111	3 183,70 €	0,00	3 183,70	Tf.Banc. nº 300915	11-set-15	Novo Banco	s	s	na	na	na	s
30-nov-15	B.E.S.	11000104		Total da prestação (juros + imposto selo sobre juros) - de 01/10/2015	69111	3 183,70 €	0,00	3 183,70	Tf.Banc. nº 301115	30-nov-15	Novo Banco	s	s	na	na	na	s
30-set-15	B.P.I.	9000040		Juros - prestação nº6 - do empréstimo 2460534830003	69111	3 287,43 €	0,00	3 287,43	Tf.Banc. nº 210915	22-set-15	BPI	s	s	na	na	na	s
31-jul-15	COMPRAS	7000012		Mó rect 400x100x127 P215 F20 G20	3122106	462,97 €	106,48 €	569,45 €	V/Factura 2015/2151727 -	1-jul-15	Fornecedor 2	s	s	na	na	s	s
31-jul-15	COMPRAS	7000061		Electricidade do mês de Junho de 2015	624113	3 790,17 €	871,74 €	4 661,91 €	V/Factura RN 152821800 -	6-jun-15	Fornecedor 1	s	s	na	na	s	s
31-jul-15	COMPRAS	7000131		Electricidade do mês de Julho de 2015	624113	11 926,38 €	2 743,07 €	14 669,45 €	V/Factura 2015/475 -	15-jul-15	Fornecedor 1	s	s	na	na	s	s
31-jul-15	COMPRAS	7000131		Cedência de espaço Industrial de Julho 2015	626133	25 000,00 €	5 750,00 €	30 750,00 €	V/Factura 2015/475	15-jun-15	Fornecedor 5	s	s	na	na	s	s
31-jul-15	COMPRAS	7000132		Moldes	3121101	2 566,00 €	590,18 €	3 156,18 €	V/Factura VAF/35005505 -	15-jul-15	Fornecedor 4	s	s	na	na	s	s
31-jul-15	COMPRAS	7000156		moldes diversos	621103	3 728,00 €	857,44 €	4 585,44 €	V/Factura 150071 15 -	15-jul-15	Fornecedor 6	s	s	na	na	s	s
31-ago-15	VENDAS	8000002	1	moldes Proj Vlnext VK200	71224	148 000,00 €	- €	148 000,00 €	Fatura 272-M.1901	3-ago-15	Cliente 1	s	s	na	na	s	s
31-ago-15	VENDAS	8000011	1	moldes - alavanca EB400	71224	48 000,00 €	- €	48 000,00 €	Fatura 281-M.1911	19-ago-15	Cliente 3	s	s	na	na	na	s
31-ago-15	VENDAS	8000013	1	moldes OutletCover Scania FAI	71224	83 000,00 €	- €	83 000,00 €	Fatura 283-M.1924	21-ago-15	Cliente 7	s	s	na	na	na	s
31-ago-15	VENDAS	8000014	1	moldes - P954001 - Body Scania FAI	71224	172 000,00 €	- €	172 000,00 €	Fatura 284-M.1923	21-ago-15	cliente 6	s	s	na	na	na	s
31-ago-15	VENDAS	8000015	1	moldes - P954002 - Body Scania FAI	71224	116 000,00 €	- €	116 000,00 €	Fatura 285-M.1925	21-ago-15	Cliente 4	s	s	na	na	na	s
31-ago-15	VENDAS	8000016	1	moldes - P954007 - InnerLiner - Scania FAI	71224	102 000,00 €	- €	102 000,00 €	Fatura 286-M.1926	21-ago-15	cliente 3	s	s	na	na	na	s
30-set-15	VENDAS	9000011	1	moldes	71224	10 400,00 €	- €	10 400,00 €	Fatura 306	10-set-15	Cliente 3	s	s	na	na	na	s
30-set-15	VENDAS	9000020	1	moldes - Proj Miele B14	71224	73 865,00 €	- €	73 865,00 €	Fatura 315	11-set-15	Cliente 1	s	s	na	na	na	s
30-set-15	VENDAS	9000027	1	moldes - grade inferior	71224	68 625,00 €	- €	68 625,00 €	Fatura 322-M.1838	18-set-15	Cliente 6	s	s	na	na	na	s
30-set-15	VENDAS	9000028	1	moldes - Top sucção e base inferior	71224	118 200,00 €	- €	118 200,00 €	Fatura 323-M.1841	18-set-15	Cliente 5	s	s	na	na	na	s

Notas:

- 1 Isento de IVA nos termos do art. 14º do RITI
 2 IVA - Aquisição Intracomunitária

Anexo 15 – Carta de Circularização de Bancos

N/ Referência: CB - ABC, S.A. - 1/2015	Novo Banco Centro de Empresas de Leiria Urbanização Nova Leiria Estrada 22 de Maio - Lote 13 - Piso 11 2415 - 396 Leiria
Data: 01-03-2016	

Assunto: Certificação Legal das Contas

NIF: 599.999.999

ABC, S.A.

Exmo(s). Senhor(s),

Estando os nossos auditores, MARQUES DE ALMEIDA, J.NUNES, V.SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A., a proceder presentemente à revisão das nossas Demonstrações Financeiras, solicitamos a V.Exas nos termos do n.º 3 art. 52º da Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro, o favor de lhes fornecerem as seguintes informações, com referência à data de 31 de Dezembro de 2015, enviando-nos simultaneamente uma cópia da vossa resposta:

1. Saldos de todas as contas de depósitos, indicando condições de prazo, taxas de juro e outras, e se os mesmos estão disponíveis ou se encontram sujeitos a qualquer restrição (incluindo acordos de natureza fiduciária com terceiros, que limitem a sua movimentação) informando qual a natureza, quantia e condições de tal restrição;
2. Indicação dos números das contas abertas e/ou encerradas no período de 1 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, e respectivas datas de abertura e fecho;
3. Discriminação das acções, obrigações, ou outros valores mobiliários depositados à guarda dessa Instituição, com indicação de quaisquer encargos ou ónus;
4. Quantia de impostos retidos na fonte;
5. Relação discriminada, por cada rubrica, de:
 - a) letras e quaisquer outros valores à cobrança;
 - b) letras descontadas e não vencidas;
 - c) letras descontadas, vencidas e não pagas, pendentes de devolução ou reembolso;
6. Relação discriminada, por cada rubrica, de:
 - a) Descobertos em contas de depósitos à ordem;
 - b) Contas correntes caucionadas, com indicação da natureza, vencimentos, taxa de juro, data de pagamento dos juros e tipo e valor da caução;
 - c) Empréstimos de qualquer natureza, titulados ou não, com indicação dos vencimentos, taxa de juro e data de pagamento dos juros;
7. Responsabilidades por cartas de crédito, créditos abertos não utilizados, garantias, fianças, avales, cartas de conforto, hipotecas, penhores, etc.
8. Responsabilidades resultantes de contratos a prazo, nomeadamente forwards em moeda estrangeira de títulos, de operações de reporte, de swaps de taxas de juro, de opções de balcão (OTC), de contratos de futuros ou outros instrumentos financeiros derivados (a especificar);

9. Quaisquer acordos de saneamento financeiro, contratos de viabilização ou consolidação de passivos;
10. Informação detalhada sobre as responsabilidades que se encontram vencidas, com indicação, por tipo de operação, do capital em dívida, juros moratórios e demais encargos não liquidados, ou sobre outros valores que se encontrem por cobrar;
11. Informação completa sobre operações ou valores em contencioso;
12. Informações respeitantes a operações contratadas, realizadas ou previstas em nome e/ou a favor de terceiras entidades em que a nossa empresa intervenha a qualquer título, indicando também qual o tipo de tal intervenção;
13. Detalhes de qualquer acordo de compensação entre duas ou mais contas ou posições;
14. Informações sobre quaisquer outras situações ou operações activas ou passivas, efectuadas ou em curso, que representem para a empresa responsabilidades efectivas ou contingentes ou limitações ou ónus aos seus activos;
15. Nome das pessoas cujas assinaturas obriguem a nossa empresa perante essa instituição, indicando as condições em que essas assinaturas são consideradas válidas.

Autorizamos a vossa Instituição a debitar a nossa conta pelo custo do serviço prestado, caso a vossa resposta a este nosso pedido seja enviada até 31 de Março de 2016.

No caso de não haver resposta a dar a qualquer dos requisitos, queiram fazer o favor de inscrever "NADA CONSTA".

Pedimos o favor de responderem directamente para:

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC
Av. Fernão Magalhães, nº 619 - Sala 101
3000-178 Coimbra

Esperando a vossa colaboração,
subscrevemo-nos:

Atentamente,

(Assinaturas autorizadas)

Anexo 16 – Especialização de juros, seguros

CLIENTE ABC, S.A.										Preparado por:		Revisto por:		L			
Secção: Mapa de validação da especialização de Seguros										S.D.				Ano 2015			
Data de especialização:										31-12-2015							
										Cálculos auxiliares							
Conta Razão	Seguradora	Ramo	Apólice	Período do Seguro		Ref. ^a	Nº Dias			Valor do Prémio			2015		2016		
				Constituição	Vencimento		Total	2015	2016	Total	2015	2016	Início	Fim	Início	Fim	
2812	Generali	Generali + Industria	9300 10005840 000	11 nov 15	11 fev 16	D6/1526	92	0	42	7.751,27	4.212,65	3.538,62	11 nov 15	31 dez 15	31 dez 15	11 fev 16	
2812	Tranquilidade	Automóvel ligeiros	3.359.914	08 nov 15	07 nov 16	D6/1476	365	53	312	552,41	80,21	472,20	08 nov 15	31 dez 15	31 dez 15	07 nov 16	
626311	AXA Seguros	Multiriscos		01 set 15	31 mar 16	D6/1960	212	121	91	780,00	445,19	334,81	01 set 15	31 dez 15	31 dez 15	31 mar 16	
626313	AXA Seguros	Acidentes Trabalho		01 out 15	30 jan 16	D6/1800	121	91	30	1.210,00	910,00	300,00	01 out 15	31 dez 15	31 dez 15	30 jan 16	
626315	Generali	Automóvel ligeiros		07 jul 15	06 jul 16	D6/1230	365	177	188	729,41	353,71	375,70	07 jul 15	31 dez 15	31 dez 15	06 jul 16	
							0	0	0		0,00	0,00	01 jan 15	31 dez 15	31 dez 15	00 jan 00	
							0	0	0		0,00	0,00	01 jan 15	31 dez 15	31 dez 15	00 jan 00	
													01 jan 15	31 dez 15	31 dez 15	00 jan 00	
										Total		4.292,86 4.010,82					

Anexo 17 – Carta de Circularização de Fornecedores



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

N/ Referência: CF - ABC, S.A. - 1/2015	
Data: 01-03-2016	Morada CF1

Assunto: Certificação Legal das Contas

NIF: 599.999.999

ABC, S.A.

Exmo(s). Senhor(es)

Estando a nossa sociedade, dentro dos procedimentos inerentes à Certificação Legal das Contas, a efetuar análise da entidade acima citada, nos termos do n.º 3 do art. 52º da Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro, agradecemos que se dignassem dar resposta, às seguintes questões:

A. Vimos solicitar V. Ex.as. o favor de confirmarem as seguintes informações, relativas à data de 31 de dezembro de 2015

B. Solicitamos o envio do extracto da conta desta empresa.

C. Solicitamos o preenchimento e envio, para a nossa morada de Coimbra, do impresso anexo a esta carta.

Antecipadamente, gratos pela vossa colaboração, subscrevemo-nos,

Autorizamos o fornecimento das informações pedidas nesta carta (Carimbo e assinaturas)	Atenciosamente, Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas José Joaquim Marques de Almeida
---	---

Delegação de Coimbra Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101 3000 - 178 COIMBRA Tel: 239 921 777 - Fax: 239 841 027 Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com	Sede Rua Batalha Reis, nº 61, 2º Andar 6300 - 668 GUARDA Tel: 271 227303 - Fax: 271 227304 Email: vsroc@mail.telepac.pt	Delegação Viseu Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C 3500 - 084 VISEU Tel: 232 435277 - Fax: 232 435279 Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt
--	--	--

Anexo 18 – Carta de confirmação de saldo de Fornecedores



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

ABC, S.A.

N/ Referência: CF - ABC, S.A. - 1/2015

1. Conforme nos foi solicitado, confirmamos que, de acordo com os nossos registos, os saldos a nosso favor em 31 de dezembro de 2015 eram os seguintes:

Conta Corrente:	EUR.		€
Letras a receber:	EUR.		€
Outras responsabilidades:	EUR.		€
Garantias:	EUR.		€
Adiantamentos:	EUR.		€
Cauções:	EUR.		€

2. Juntamos extractos dos saldos acima indicados.

Carimbo:

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Delegação de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 – 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, nº81, 2º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3500 – 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

Anexo 19 – Reconciliação Fornecedor no processo de circularização

Empresa:	ABC, S.A.				Ano:	2015	M - 07
Secção:	M - CONTAS A PAGAR E A RECEBER (FORNECEDORES)						
Título:	Conferência de Fornecedores						
Preparado por:	SD	Data:	00-01-1900	Revisto por:		Data:	
Fornecedor:	Fornecedor 7						
1. SALDO DA CONTABILIDADE A 31 DE DEZEMBRO DE 2015							35.771,83 €
2. VALORES MOVIMENTADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS PELO FORNECEDOR							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
30-01-2015		Pagamento	NPAGTR150041	1		420,95 €	
30-01-2015		Pagamento	NPAGTR150042			26.500,00 €	
						26.920,95 €	
3. VALORES MOVIMENTADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELO FORNECEDOR							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
31-12-2015		Fatura	DODR151370	2		32.650,00 €	
		SI		3		850,00 €	
						33.500,00 €	
4. VALORES MOVIMENTADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS NA CONTABILIDADE							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
						-	€
5. VALORES MOVIMENTADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELA CONTABILIDADE							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
						-	€
6. (1+2-3+4-5)							29.192,78 €
7. SALDO APRESENTADO PELO FORNECEDOR							29.192,78 €
8. DIFERENÇA (6-7)							0,00 €
CONCLUSÕES							
NOTAS:							
1	Pagamentos efetuados pela ABC, S.A., não reconhecidos na contabilidade do fornecedor.						
2	Fatura presente na contabilidade da ABC, S.A., que não está considerada na contabilidade do fornecedor.						
3	Diferença de saldos iniciais						

Anexo 20 - seleção de faturas, neste caso em específico da conta 62

Conta	Descrição	Data	Diário	N lancamen	Documento	Descritivo	Debito	N document
621103	Polimentos	31-07-2015	COMPRAS	7000156	V/ Fatura nº	V/Fatura 150071 15	3728	150071 15
621103	Polimentos	31-07-2015	COMPRAS	7000337	V/ Fatura nº	V/Fatura 150075 15	3928	150075 15
621104	Desenho	31-07-2015	COMPRAS	7000301	V/ Fatura nº	V/Fatura A605	3024	A605
621105	Soldadura/Enchimento/Revestimento	31-07-2015	COMPRAS	7000276	V/ Fatura nº	V/Fatura FT 1/2792	3068	FT 1/2792
623123	Ferram.Utens.-MC-IVA Ded./Liq.	31-07-2015	B.E.S.	7000092	Transf. Bancaria	V/Fatura nº35110	3249,89	150715
624113	Electricidade-MN-IVA Tx Normal	31-07-2015	COMPRAS	7000061	V/ Fatura nº	V/Fatura RN 152821800	3790,17	RN 152821800
624113	Electricidade-MN-IVA Tx Normal	31-07-2015	COMPRAS	7000131	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/475	11926,38	2015/475
626133	Ced. Espaço Industrial-MN-IVA Tx Normal	31-07-2015	COMPRAS	7000131	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/475	25000	2015/475
621103	Polimentos	31-08-2015	COMPRAS	8000108	V/ Fatura nº	V/Fatura 150083 15	2784	150083 15
621104	Desenho	31-08-2015	COMPRAS	8000133	V/ Fatura nº	V/Fatura A 606	2355	A 606
621105	Soldadura/Enchimento/Revestimento	31-08-2015	COMPRAS	8000251	V/ Fatura nº	V/Fatura FT 1/2880	2850	FT 1/2880
621107	Rectificar/Tornear/Frezar	31-08-2015	COMPRAS	8000276	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/2150220	3630	2015/2150220
621109	TratamentosTermicos/Temperas	31-08-2015	COMPRAS	8000066	V/ Fatura nº	V/Fatura CR1/3101	2753,5	CR1/3101
624113	Electricidade-MN-IVA Tx Normal	31-08-2015	COMPRAS	8000043	V/ Fatura nº	V/Fatura RN 152825156	4399,7	RN 152825156
624113	Electricidade-MN-IVA Tx Normal	31-08-2015	COMPRAS	8000081	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/510	12151,9	2015/510
626133	Ced. Espaço Industrial-MN-IVA Tx Normal	31-08-2015	COMPRAS	8000081	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/510	25000	2015/510
621102	Testes / producao	30-09-2015	COMPRAS	9000181	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/593	5358,72	2015/593
621102	Testes / producao	30-09-2015	COMPRAS	9000320	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/628	2720	2015/628
621103	Polimentos	30-09-2015	COMPRAS	9000420	V/ Fatura nº	V/Fatura 150101 15	2496	150106 15
621104	Desenho	30-09-2015	COMPRAS	9000055	V/ Fatura nº	V/Fatura A 612	3168	A 612
621104	Desenho	30-09-2015	COMPRAS	9000357	V/ Fatura nº	V/Fatura A 613	3312	A 613
621105	Soldadura/Enchimento/Revestimento	30-09-2015	COMPRAS	9000346	V/ Fatura nº	V/Fatura FT 2/1162	2357,93	FT 2/1162
621106	Textura/Foscagem/Cromagem	30-09-2015	COMPRAS	9000185	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/663006043	3440	2015/663006043
621108	Ajustar/Desbastar/Furar/Maquinar	30-09-2015	COMPRAS	9000176	V/ Fatura nº	V/Fatura 2015/150375	2840	2015/150375

Relatório de Estágio na empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

Anexo 21 – Teste aos salários

CLIENTE: **ABC, S.A.** ANO: **2015** NP dias úteis **22**

SECÇÃO: **Pessoal e Benefícios dos Empregados** Sub Alimentação (dinheiro) **0,00**

Preparado por: **SD** Recibos de vencimento a: **setembro** Sub Alimentação (cartão) **114,40** Limite dinheiro **4,27** Sobretaxa IRS **3,50%**

Data **30-09-2015** Sub. Alm. Diário **5,20** Limite cartão **6,83** SMN **505,00**

REF.ª	Notas	N.º	Nome Trabalhador	Rem. Base	SF/ SN	Sub.Alim.	Sub. Alim. (valor que excede Trib.)	Prémio Produção	Isenção de horário	Prémio de assiduidade	Ajudas de Custo dentro dos limites	Ajudas de Custo fora dos limites	Trabalho suplementar (25%)	Outros prémios	Total de Incidência Seg Social	SS Rem Bruta (Nosso Cálculo)	S.S. Recibo	DIF.ª	Total de Incidência IRS	Tx IRS RB	Tx IRS Recibo	IRS (Nosso Cálculo)	IRS do Recibo	DIF.ª	Sobre taxa IRS (Nosso Cálculo)	Sobre taxa IRS Recibo	DIF.ª
		10	Funcionário 1	1.100,00	0,00	114,40	0,00	794,87	0,00	50,00	0,00	0,00	275,00	0,00	2.219,87	244,19	244,19	0,00	2.219,87	24,70%	24,70%	548,00	548,00	0,00	32,00	32,00	0,00
		16	Funcionário 2	1.125,00	0,00	104,00	0,00	408,90	0,00	0,00	0,00	0,00	281,25	0,00	1.815,15	199,67	199,67	0,00	1.815,15	18,90%	18,90%	343,00	343,00	0,00	26,00	26,00	0,00
		31	Funcionário 3	800,00	0,00	114,40	0,00	123,91	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	325,00	1.448,91	159,38	159,38	0,00	1.448,91	10,60%	10,60%	153,00	153,00	0,00	22,00	22,00	0,00
		32	Funcionário 4	1.025,00	0,00	114,40	0,00	40,66	0,00	0,00	0,00	0,00	256,25	0,00	1.321,91	145,41	145,41	0,00	1.321,91	17,50%	17,50%	231,00	231,00	0,00	14,00	14,00	0,00
		35	Funcionário 5	750,00	0,00	114,40	0,00	339,56	0,00	0,00	0,00	0,00	187,50	0,00	1.277,06	140,48	140,48	0,00	1.277,06	13,90%	18,50%	177,00	177,00	0,00	15,00	15,00	0,00
		50	Funcionário 6	800,00	0,00	98,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	88,00	88,00	0,00	800,00	8,50%	8,50%	68,00	68,00	0,00	4,00	4,00	0,00
		79	Funcionário 7	1.000,00	0,00	114,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	110,00	110,00	0,00	1.000,00	7,10%	7,10%	71,00	71,00	0,00	10,00	10,00	0,00
		80	Funcionário 8	780,00	0,00	114,40	0,00	265,39	0,00	0,00	0,00	0,00	195,00	200,00	1.440,39	158,44	158,44	0,00	1.440,39	10,60%	10,60%	152,00	152,00	0,00	21,00	21,00	0,00
		98	Funcionário 9	575,00	0,00	104,00	0,00	23,22	0,00	0,00	192,24	296,88	63,91	0,00	959,01	105,49	105,49	0,00	959,01	9,90%	9,90%	94,00	94,00	0,00	8,00	8,00	0,00
		144	Funcionário 10	870,00	0,00	114,40	0,00	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.320,00	145,20	145,20	0,00	1.320,00	12,30%	12,30%	162,00	162,00	0,00	17,00	17,00	0,00
		162	Funcionário 11	650,00	0,00	114,40	0,00	0,06	0,00	0,00	521,28	337,50	32,81	0,00	1.020,37	112,24	112,24	0,00	1.020,37	10,90%	10,90%	111,00	111,00	0,00	10,00	10,00	0,00
		170	Funcionário 12	825,00	0,00	114,40	0,00	558,15	0,00	0,00	0,00	0,00	127,62	0,00	1.510,77	166,18	166,18	0,00	1.510,77	18,50%	18,50%	279,00	279,00	0,00	19,00	19,00	0,00
		171	Funcionário 13	600,00	0,00	114,40	0,00	393,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,60	0,00	1.059,60	116,56	116,56	0,00	1.059,60	11,70%	11,70%	123,00	123,00	0,00	10,00	10,00	0,00
		185	Funcionário 14	650,00	0,00	114,40	0,00	4,69	0,00	0,00	108,72	0,00	90,28	162,50	907,47	99,82	99,82	0,00	907,47	12,50%	12,50%	113,00	113,00	0,00	6,00	6,00	0,00
		193	Funcionário 15	505,00	0,00	114,40	0,00	1,47	0,00	0,00	0,00	0,00	40,74	0,00	547,21	60,19	60,19	0,00	547,21	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Diferenças																		0,00					0,00			0,00	

Anexo 22 – teste global aos encargos sobre remunerações

CLIENTE : ABC, S.A.

ANO: 2015

NS4

SECÇÃO: TESTE GLOBAL AOS ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES

Preparado Por: S.D.

Data:

Revisto por:

Data:

Base de incidência (Decreto-Lei nº 140/D 86 de 14 de Junho)

Denominação	Conta	dez-15		dez-14	
		Orgãos Sociais	Restante Pessoal	Orgãos Sociais	Restante Pessoal
Remunerações dos corpos gerentes					
Ordenados e salários		1.300,00	53.326,77	3.055,50	43.213,08
Primeiro emprego			-3.971,92		-5.353,62
Diuturnidades					
Comissões					
Bónus					
Prémio de desempenho da empresa					
Prémios (rendimento, prod., assiduidade., cobr., condução, etc.)			3.285,99		3.802,96
Horas extraordinárias					1.911,03
Trabalho em feriados e folgas					
Subsidio de férias			335,89	955,50	309,76
Subsidio de Natal		1.300,00	49.330,59	2.100,00	40.220,84
Subsidio de turno			8.628,50		5.581,05
Participação nos lucros da Empresa					
Trabalho Suplementar			1.890,62		
Iscção de horário de trabalho			1.437,50		
Subsidio de residenc., renda de casa, etc.					
Remuneração do período de suspensão do trabalho com perda de					
Retribuição como sanção disciplinar					
Prestações de pre-reforma					
Indemnização por despedimentos s/justa causa					
Indemnização por cessão de cont. a prazo					
Total das remunerações sujeitas a contribuições		2.600,00	114.263,94	6.111,00	89.685,10
Percentagem dos encargos para a Segurança Social		16,40%	23,75%	23,75%	23,75%
Cálculo pela SROC		426,40	27.137,69	1.451,36	21.300,21
Valores contabilizados (conta 6351)		27.564,09		22.751,57	
Diferença para Mais ou para (Menos)		0,00		0,00	

Notas:

Trabalhadores por conta de outrem	Entidade Empregadora	Trabalhador	Global
Trabalhadores em geral	23,75%	11,00%	34,75%
Pensionistas de velhice em atividade	16,40%	7,50%	23,90%

Anexo 23 – Mapa de financiamentos obtidos

CLIENTE ABC, S.A.

Secção: Discriminação dos Empréstimos

Preparado por: **025**
Revisto por:
Ano
2015

Valores Expressos em Euros

	TRIMESTRE 4			TRIMESTRE 3			TRIMESTRE 2			TRIMESTRE 1		
	31 DEZ N	31 DEZ N-1	Variação	30 SET N	30 SET N-1	Variação	30 JUN N	30 JUN N-1	Variação	31 MAR N	31 MAR N-1	Variação
Empréstimos bancários												
BES	0	0	0	0	0	0	0	66.667	(66.667)	0	133.333	(133.333)
BPI	0	62.500	(62.500)	0	83.333	(83.333)	20.833	104.167	(83.333)	41.667	125.000	(83.333)
BES	0	166.667	(166.667)	0	222.222	(222.222)	55.555	277.778	(222.223)	111.111	333.333	(222.222)
BES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	550.000	(550.000)
BES	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	695.262	804.738	1.500.000	696.795	803.205	1.500.000	500.000	1.000.000
BPI	0	0	0	0	750.000	(750.000)		750.000	(750.000)	0	0	0
BPI	579.545	715.909	(136.364)	613.636	0	613.636	647.727	0	647.727	681.818	0	681.818
Locações Financeiras												
BCP	14.949	66.859	(51.911)	28.072	79.595	(51.523)	41.098	92.226	(51.128)	54.028	104.742	(50.714)
BES	0	0	0	0	25.813	(25.813)	0	25.813	(25.813)	0	25.813	(25.813)
Outros Financiadores												
	1.201.488	0	1.201.488	628.775	0	628.775	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3.295.982	2.511.935	(417.441)	2.770.484	1.856.226	285.483	2.265.214	2.013.445	251.768	2.388.623	1.772.221	616.402

Custos financeiros (691.)	8.031,22	19.092,56	16.000,65	10.622,29	14.283,86	18.470,69	12.542,67	12.237,24
%	0,38%	0,76%	0,75%	0,57%	0,64%	0,92%	0,54%	0,69%

Anexo 24 – PC e PEC

CLIENTE : ABC, S.A.	Preparado por:	Revisto por:	
Secção: Validação Pagamento por Conta e Especial por Conta	S.D.		Ano
			2015

PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA (A partir de 2004)

(+) Volume de Negócios (ano N-1)	8.660.331,89
(x) Aplicação do coeficiente de 1%	86.603,32
Mínimo = 1000 €	n.a.
MAX = 1000€ + [20% x (1% VN_N-1 - 1.000€)] até 70000 €	18.120,66
Como o cálculo < 70000 €	18.120,66
(-) Valor Pagamentos por Conta relativo ao ano N-1 (Campo 360-Mod 22)	171.951,00
(=) Valor a PAGAR de PEC relativo ao ano N	0,00

PLANO DE PAGAMENTOS:

31 MAR N	0,00
31 OUT N	0,00
	0,00

Limite Mínimo do Pagamento Especial por Conta :	1.000,00
Limite Máximo do Pagamento Especial por Conta :	70.000,00

PAGAMENTOS POR CONTA

(+) Valor da Colecta (ano N-1) (Excluir derrama)(Campo 351-Mod 22)	342.078,52
(-) Retenções na fonte(Campo 359-Mod 22)	8.572,82
(=)	333.505,70
Volume de Negócios (ano N-1)	8.660.331,89
(x) Aplicação do coeficiente de 80 ou 95%	316.830,42
(=) Valor a PAGAR em N	316.830,42

PLANO DE PAGAMENTOS:

31 JUL N	105.610,14
30 SET N	105.610,14
31 DEZ N	105.610,14
	316.830,42

Limite do VN de N-1 para a aplicação do coeficiente de 80%:	500.000,00
---	------------

Anexo 25 – Teste ao Estado

CLIENTE: ABC, S.A.	Preparado por:	Revisto por:	Ano 2015
Secção:	S.D.		

	MARÇO	Contabilidade	AT	Diferença		
2436	IVA Pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2437	IVA Recuperar	8.124,22 €	8.124,22 €	0,00 €		
2438	IVA Reembolsos	85.000,00 €	85.000,00 €	0,00 €		
	RF					
2421	Trabalho Dependente	29.381,00 €	29.381,00 €	0,00 €		
2422	Trabalho Independente	222,33 €	222,33 €	0,00 €		
2424	Prediais	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2425	SOBRETAXA	2.016,00 €	2.016,00 €	0,00 €		
245	Segurança social	53.791,42 €	53.791,42 €	0,00 €		
	JUNHO	Contabilidade	AT	Diferença		
2436	IVA Pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2437	IVA Recuperar	26.995,63 €	26.995,63 €	0,00 €		
2438	IVA Reembolsos	85.000,00 €	85.000,00 €	0,00 €		
	RF					
2421	Trabalho Dependente	30.831,00 €	30.831,00 €	0,00 €		
2422	Trabalho Independente	630,85 €	630,85 €	0,00 €		
2423	Capitais	420.000,00 €	420.000,00 €	0,00 €		
2424	Prediais	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2425	SOBRETAXA	2.181,00 €	2.181,00 €	0,00 €		
245	Segurança social	61.916,60 €	61.916,60 €	0,00 €		
	SETEMBRO	Contabilidade	AT	Diferença		
2436	IVA Pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2437	IVA Recuperar	34.243,48 €	34.243,48 €	0,00 €		
2438	IVA Reembolsos	115.000,00 €	115.000,00 €	0,00 €		
	RF					
2421	Trabalho Dependente	29.648,00 €	29.648,00 €	0,00 €		
2422	Trabalho Independente	242,38 €	242,38 €	0,00 €		
2424	Prediais	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2425	SOBRETAXA	2.046,00 €	2.046,00 €	0,00 €		
245	Segurança social	53.601,41 €	53.601,41 €	0,00 €		
	DEZEMBRO	Contabilidade	AT	Diferença		
2436	IVA Pagar	80.750,72 €	80.750,72 €	0,00 €		
2437	IVA Recuperar	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2438	IVA Reembolsos	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	RF					
2421	Trabalho Dependente	49.613,00 €	49.613,00 €	0,00 €		
2422	Trabalho Independente	3.310,00 €	3.310,00 €	0,00 €		
2424	Prediais	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
2425	SOBRETAXA	3.310,00 €	3.310,00 €	0,00 €		
245	Segurança social	88.101,77 €	88.101,77 €	0,00 €		
	PC	Contabilidade	AT	Diferença		
2411	JULHO	105.611,00 €	105.611,00 €	0,00 €		
	SETEMBRO	105.611,00 €	105.611,00 €	0,00 €		
	DEZEMBRO	105.611,00 €	105.611,00 €	0,00 €		
		316.833,00 €	316.833,00 €			